Fundamentos Ético-teológicos de uma Economia Humana e Ecológica

- **Versão Final em 16/10/2019**

Guilherme C. Delgado

1. **Introdução Geral ............................................................................................ P. 2**
2. **Sobre Fundamentos Éticos da Economia e Vida Humana Segundo o Gênesis. P. 3**
3. **Uma Narrativa Estruturada de Economia Humana e Ecológica a Partir dos Evangelhos Sinóticos P. 5**
4. **Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas P.25**
5. **Conclusões Finais P.31**

Notas Referenciais P.33

Bibliografia Citada P.35

Anexo Metodológico P.36

**I – Introdução Geral**

No dia 13 de maio de 2019 o Papa Francisco lançou Mensagem ..*.aos jovens economistas, empresários e empresárias de todo o mundo,* convidando-os a uma iniciativa de estudo e prática de uma *...economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, cuida da criação e não depreda... que nos leve a fazer um pacto para mudar a atual economia e dar alma a economia de amanhã*.

Essa iniciativa, propõe um Encontro na cidade de Assis, na Itália, entre 26 a 28 de março de 2020, de economistas, empresários, teólogos e pessoas de boa vontade para refletir sobre essa proposta, claramente referenciada às inspirações de Francisco de Assis. E pelo seu próprio teor, a iniciativa de Assis é dirigida a um público muito mais amplo que aquele explicitamente referido- jovens economistas e empresários de todo o mundo-, citado no documento inicial. Também teria envergadura e continuidade, visto que nos conclama de forma muito ampla e profética a refletir e agir na perspectiva reconstrutiva para uma economia a ser ‘realmada’ segundo as inspirações de Francisco de Assis. Imediatamente nos vem à mente as grandes paixões de Francisco, inspiradas em Jesus Cristo, da solidariedade para com os pobres e do seu amor para com a natureza.

A iniciativa do Papa Francisco não entra em detalhes do que significa a ‘Economia de Francisco’, até porque este é tema em aberto à reflexão. Na verdade, o significado de sua fala é muito mais de sinalizar uma semeadura de enorme envergadura, que se defronta com um império imbatível em mais de duzentos anos de história econômica –o sistema de economia política fundamentado nos mercados-, sob domínio do capital; mas que tem também seus pés de barro, como no sonho do profeta Daniel sobre o Império Assírio (Dn: 2,31-36).

Tendo em vista responder ao apelo do Papa nos limites de uma reflexão ético-teológica, o propósito deste texto é de desvendar questões de economia nos textos bíblicos, especialmente nos Evangelhos, dialogando com a economia humana e com a economia ecológica contemporâneas, tendo em vista encontrar pontos de convergência, mas também diferenças importantes e até mesmo antinomias profundas da economia real dos mercados autossuficientes, em linha de colisão com as inspirações de Francisco. O texto foca com especial destaque o discernimento ético teológico, que nos parece referencial muito significativo à crítica e reconstrução da economia contemporânea, sem desconhecer tantos outros aspectos também relevantes dessa tarefa coletiva de grande envergadura.

O enfoque ético-teológico parece-nos muito relevante, para situar e resgatar a economia humana dos limites idolátricos, que de longa data, mas principalmente na modernidade, lhes impõem os chamados mercados autorregulados. Esta preocupação, na linha da ‘idolatria do dinheiro’, está presente nas falas precedentes do Papa Francisco e será também aqui retomada nos contextos devidos de organização deste estudo **(1)**

O texto está organizado em cinco partes, que além desta “Introdução Geral” percorrem o seguinte roteiro narrativo: II –“Sobre os Fundamentos Éticos da Economia e Vida Humana, Segundo o Gênesis” – uma interpretação a partir do capítulo primeiro do Gênesis, sobre os fundamentos de uma economia primitiva, fundada no estado de necessidade à proteção e subsistência da vida humana; III-‘Uma Narrativa Estruturada de Economia Humana e Ecológica a partir dos Evangelhos Sinóticos é Possível Construir?’, que dá continuidade à visão hermenêutica da seção anterior, mas agora com nova metodologia, apoiada nas narrativas dos evangelhos sinóticos sobre questões de vida humana e relações com a natureza;!V – ‘Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas’, que é uma breve síntese dos desafios de economia política com que se defrontam não apenas as inspirações de São Francisco de Assis, mas de todos quantos no mundo real pensam e agem em perspectiva ética e reconstrutiva da economia real; e finalmente a última parte – que nos traz, à guisa de fecho conclusivo – as ‘Conclusões Finais’-, com algumas pistas sobre questões-chave a exigir reflexão e ação reconstrutiva.

Finalmente, cabe uma palavra de agradecimento enfático a alguns amigos que generosamente leram e fizeram comentários a versão preliminar deste artigo, nomeadamente Luciano Fazio, Iracema Moura do nosso Grupo de Reflexão Bíblica em Brasília e do padre e teólogo Thierry Linard, do Centro Cultural de Brasília, que muito ajudaram à correção de certas imprecisões originais. Obviamente, na versão atual todos os erros e imprecisões são inteiramente de minha responsabilidade.

**II- Sobre Fundamentos Éticos da Economia e Vida Humana Segundo o Gênesis**

Desde o nascimento com vida, quando se dá a passagem da vida intrauterina para uma vida no mundo exterior, ocorre na espécie humana o início de uma vida em sociedade, para o que, partindo de uma abordagem do Gênesis (Cap 1) começa para o recém-nascido uma etapa histórica nova. Inaugura-se a primeira infância, logo sucedida por várias outras, durante período nunca inferior aos 12 anos, fase em que a proteção social à vida humana da criança é condição de possibilidade à própria existência biológica em um primeiro momento, como também em sequência, ao desenvolvimento de capacidades inatas, ou se quisermos utilizar linguagem teológica – dos dons e carismas pessoais recebidos como dotação gratuita. Estes, como as capacidades humanas de maneira geral, são os próprios atributos potenciais da pessoa, a serem utilizados na vida adulta, tendo em vida a construção da própria identidade em interação com o mundo circundante.

Essas criaturas assim dotadas, geradas simbolicamente no derradeiro dia da criação (Gen. 1,26), são desde a sua origem filhos(as) criados à imagem e semelhança do Pai (Gen. 1,27). Como tais, esses seres são potencialmente livres, dotados de consciência e capacidade de agir para fins que lhes são discerníveis; e ainda dotados de dignidade intrínseca como criaturas de Deus.

Concede-se aos seres humanos, ainda segundo o Gênesis, uma delegação de domínio do homem sobre as demais criaturas, criadas nos vários dias anteriores, mediante trabalho sobre a natureza e fruição sobre todo o restante da criação. Mas esta delegação está gravada pelo signo do Senhor que a concedeu e que também criou o ser humano à sua própria imagem e semelhança. É por isso que há um sentido nessa delegação de domínio – na linha do cultivar e cuidar os bens da natureza e os próprios dons e carismas pessoais, compartilhando-os; e convivendo em harmonia com todas as outras criaturas.

É fundamento bíblico a ideia de que os seres humanos são portadores de direitos naturais, inerentes à condição humana. Mas é também fundamento bíblico a ideia de que os seres vivos e o mundo cósmico criados nos dias anteriores ao homem e à mulher são também criaturas de Deus, colocados no mundo em diferentes dias ( ou eras geológicas) como entes complexos da natureza, a que o ser humano teria que aprender a se relacionar amigavelmente, sem destruição irreversível das fontes naturais da vida. O direito natural humano de crescer, de viver com dignidade compatível à realização dos seus dons e carismas; de transformar o mundo em liberdade; passa necessariamente pelo discernimento, em cada contexto histórico e cultural – do projeto original que o criou,

Todas as criaturas do mundo animal, com exceção do ser humano que também faz parte deste mundo, são dotadas de capacidades biológicas intrínsecas para criar, cuidar, abrigar, alimentar e adestrar suas crias, segundo uma ordem natural protetora da vida dos recém-nascidos. As aves constroem seus ninhos e as raposas suas tocas antes dos filhos virem ao mundo. Também são os animais não humanos pré dotados de proteção natural contra intempéries. E ainda os adultos possuem plena capacidade de locomoção, faro apropriado e instinto para buscar comida, para alimentar os filhos menores; até o momento em que estes já possam comer com o próprio bico ou andar e caçar com as próprias pernas.

A mensagem simbólica do Gênesis é muito significativa. Ao criar o ser humano no sexto dia, faz parte do projeto de Deus, compartilhar com a humanidade a complementação essencial dessa criação – do próprio homem; diferentemente das demais criaturas criadas nos cinco dias precedentes. Cada família, clã, tribo, etnia etc. recebe em diferentes sociedades e períodos históricos delegações implícitas do Deus criador: resgatar os recém-nascidos, naturalmente desprotegidos, à condição de vida humana livre e capaz de transformar o mundo à imagem e semelhança do Projeto daquele que o criou.

Uma ideia muito significativa contida na narrativa dos seis dias de criação (cap. primeiro), devidamente interpretada, é curiosamente instigante – os seres são criados sucessivamente em ordem de complexidade – repteis, aves, mamíferos etc. até chegar ao homem e à mulher no sexto dia. Mas estes, os mais complexos de toda a criação, dotados de consciência, liberdade e capacidade de agir, vêm ao mundo como criaturas débeis e incompletas, diferentemente dos demais seres vivos. E, não obstante detenham capacidades gerais, como também dons e carismas pessoais, essas capacidades são meras faculdades no momento inicial de vinda ao mundo. Isto devido a que, na sua longa fase infantil o homem experimenta uma dependência fundamental de provisão econômica e proteção social – cuidados, alimento, agasalho, ‘habitat’ etc., completamente distintos da ‘economia natural’ do mundo animal.

Provisão e proteção social também se farão necessários em outras situações da vida humana, daí que a partir do estado de necessidade se origina a “oiko-nomos’ humana em todas as culturas e civilizações, associada ao costume ou a norma não escrita do espaço do ‘ethos’(**2),** condição de possibilidade à própria subsistência e proteção social da espécie. Essas necessidades são no tempo primordial, como ao longo da história, fundamento ético à atividade econômica da produção material de bens e serviços atendentes às necessidades básicas. Outras tantas necessidades vão surgindo com a formação dos impérios; tornando a economia humana mais distinta e distante do seu contexto primordial.

Essa fundamentação ética, contudo, irá se alterar na modernidade, com a separação e autonomização da economia, seja em relação à ética primordial, seja em relação à dinâmica dos impérios, com a emergência da economia de mercados, com pretensão de autossuficiência, tema que iremos considerar mais especificamente no Capítulo IV.

Do exposto na narrativa simbólica da criação do mundo e da humanidade, há uma associação direta da criação do homem com a necessidade de provisão e proteção social dos seres humanos assim criados, tendo em vista atender necessidades básicas de proteção e subsistência. Esta condição irá se inscrever numa espécie de DNA (ADN) cultural das comunidades primitivas, na linha da ética do costume ancestral de sociedades tribais, ainda sem estado, religião ou mercado; muito embora todas elas mantenham distintas formas de relação com o sagrado, há milênios um meio para “...compreender a própria condição, para transformar caos em cosmos, para criar uma escala de valores**”. (3)**

Essa breve fundamentação ética da economia, requer um passo mais completo, qual seja o de uma narrativa econômica de uma economia humana relativamente articulada em outro contexto bíblico, qual seja o dos Evangelhos descritores da palavra e ação de Jesus de Nazaré em seu tempo, dirigidas a humanidade dos tempos futuros. Enfrentamos esse desafio narrativo na próxima seção, como questão a responder.

**III - Uma Narrativa Estruturada de Economia Humana e Ecológica a partir dos Evangelhos Sinóticos é Possível Construir?**

**.** Considerações Preliminares

Tomando como ponto de partida a interpretação do capítulo primeiro do Gênesis - sobre a criação do homem e das paralelas necessidades de proteção social, subsistência e atendimentos de necessidades-, constrói-se no espaço da comunidade primitiva as normas do costume, que conformarão a economia primitiva integralmente inserida no espaço do ‘ethos’, conforme abordagem do capítulo anterior.

Por seu turno, a questão que se coloca neste capítulo, baseada em textos bíblicos do Século I da era Cristã, situa-se em contexto histórico e narrativo bem diverso. A sociedade humana já alcançara uma forma mais complexa de organização social, constituíram-se os impérios e as religiões monoteístas se afirmavam.

O espaço da economia humana no mundo judeu, conquanto ainda coexistente com suas heranças tribais, já é outro. Mesmo que as questões primordiais da economia humana continuem a se repor nessas sociedades, já o são em comunidades humanas do primeiro século, onde o Império, o Templo e as Administrações coloniais locais desempenham protagonismo na economia de então.

Por sua vez, a condição humana das pessoas mais simples depende fundamentalmente de um outro espaço ético **(4)** para atender suas necessidades básicas de proteção social, resgate de capacidades, subsistência etc. – a família e o clâ, que obviamente estão subordinados ao Império e a Religião do Templo. É nesse contexto histórico que vamos procurar desvendar uma narrativa estruturada sobre economia humana e ecológica dos tempos históricos de Jesus de Nazaré, que como sabemos são tempos de muita desproteção social. E Sua unidade com aquele Deus criador, conforme expresso no livro do Gênesis, certamente O fará se manifestar, como homem histórico, sobre essa realidade humana de sua época. Mas esta manifestação e suas formas de expressão não são diretas, daí que precisamos seguir algum roteiro metodológico para desvendá-la.

Essa narrativa estruturada supracitada, não existe originalmente nessa forma nos Evangelhos, que não são gêneros literários de expressão de qualquer ciência particular da modernidade. Mas existe nos evangelhos sinóticos uma gama vasta de citações esparsas sobre questões da economia humana, distribuídas em formas narrativas muito diversas. Esse material também não segue uma linguagem da Ética clássica dos gregos, mas está impregnada pela cultura judaica. Daí que, para tentar responder à questão incialmente proposta, precisamos enfrentar alguns desafios metodológicos:

1- Recolher um acervo apreciável de citações econômicas de um evangelho sinótico, conferindo sua replicação nos demais sinóticos.

2-Superar a fragmentação dessas citações, sem cair na tentação anacrônica de organiza-las em categorias da ciência moderna.

3- Organizar as falas e gestos de Jesus, recolhidos em linguagens literárias dos próprios Evangelhos, classificando-as por estilos e articulando-as em momentos lógicos, não necessariamente temporais e sim cognitivos - do ‘Ver-Julgar e Agir’-; mas sempre adaptando este esquema pastoral moderno à linguagem evangélica.

4- Toda essa narrativa toma um Evangelho em particular, o de Mateus, de todos os sinóticos o mais frequente em abordagem econômica; e faz a devida confrontação com os demais sinóticos, para aferir, sob um dos critérios de autenticidade da citação – sua repetição em outro Evangelho.

Os vários passos dessa metodologia estão descritos em maior detalhe no “Anexo Metodológico” **(5),** de maneira que aqui no texto precisamos apresentar apenas os conceitos e a resultante do método aplicado:

Etapa a- Com base nas situações concretas da economia do seu tempo, os evangelistas sinóticos, principalmente, e em menor escala o Evangelho de João, são pródigos em citações sobre questões econômicas. Recolhemos este material primário na forma descrita no Anexo Metodológico, autonomamente de cada Evangelho: no Evangelho de Matheus em triplas citações (Mt., Mc. e Lc.) - 66 citações, acrescidas de duplas citações – (Mt. e Mc), (Mt. e Lc ) e (Mc. e Lc) com sub-total de 50; mais 46 citações individuais de cada Evangelho Sinótico, totalizando 162 citações. Esse material se apresenta de forma descontínua e até fragmentária em cada Evangelho, mas de certa forma, mais frequente e organizado em certas formas de narrativa evangélica – nas Parábolas por exemplo, no Evangelho de Matheus. Daí a preferência por este evangelista para organização da etapa subsequente

Etapa b – De posse deste material extenso e fragmentário de 162 citações, composto na sua versão primária de citações ‘econômicas’ e de milagres de cura, os problemas seguintes elencados nos tópicos 2 e 3 precisam ser enfrentados. A porta de entrada para articulação dessas citações é sua organização em estilos ou expressões linguísticas própri~ças dos Evangelhos, estruturadas em ’Falas e Gestos de Jesus’ típicos desse gênero literário, como também do sentido pragmático aí contido, que contempla e vai além da pura ética econômica.

A proposta a seguir, de classificação desse material primário, desdobrada em três Blocos – ‘A’, ‘B’ e ‘C’, tem propósito de responder a questão original deste capítulo. Devidamente comentada e interpretada em sequência, constitui a ‘narrativa estruturada’ de economia humana dos Evangelhos Sinóticos, apta ao diálogo ético-teológico deste texto.

**A- FALAS E GESTOS DO ‘VER COM SENTIDO’ ÉTICO TEOLÓGICO:**

1. ***Orações e Meditações Iniciais* – a)** ”As Tentações do Pão no Deserto” (Mt: 4,1-11);

b) “ A Oração do Pai Nosso” (Mt.6,12-13; Lc. 11,1);

c) “Eficácia da Oração” (Mt. 7,7);

d) “Cumular de Bens os Famintos...” – (Lc.1,53)

2***Discurso Articulado*** *-* a) Sermão das Bem Aventuranças ( Mt. 5,1-11 e Lc. 6,20-17

b) ‘Missão do Messias’ (Mt. 11,5-6) e Lc. 4, 16-27; Lc. 7,22-23

***3 –Juízos de Discernimento Ético-teológico****s -* (sete citações de Matheus- conexão

com Lucas e Marcos em duas)

**4- Parábolas e Metáforas –** (dez Parábolas recolhidas dos Sinóticos, destaque a MT.)

B**- JULGAMENTOS EXPLÍCITOS SOBRE O AGIR ECONÕMICO**

4**-Declarações e Expressões de Valor-** (Oito Declarações em Matheus, sete replicadas)

**5- Advertências e Críticas** - a) sobre a ganancia (Mt. 10, 37-39); (Mc.8, 36-37) e

**de Princípios**  (Lc. 9. 23-26)

b) sobre a quebra da confiança: (Mt. 12, 25-32) e

(Lc. 11, 14-23)

6- **Exortação à Ação -** Missão dos Apóstolos (Mt.10,1-10), (Mc.6,7-13) e (Lc.9,1-6), (10,1-9) e (Lc.5-,4-8).

**C- SOBRE O AGIR EXPLÍCITO E TRNSFORMADOR DE JESUS**

**7- Atitudes Autoexplicativas -**  a) expulsão dos vendedores do Templo- (Mt. 21, 12-16;

Mc. 11,15 e Lc. 19,45)

b) Jesus paga tributo ao Templo - (Mt. 17-24-27)

**8- Milagres e Significação – a)** Multiplicações do Pão – (oito citações em Marcos

Matheus, Lucas e João).

c) Curas de vários males (43 citações nos Sinóticos)

III.1- A Narrativa e Sua Evolução Pragmática - da Palavra à Ação em Gestos

Antes de procedermos a explicação de cada uma dessas nove formas de falar e agir de Jesus de Nazaré sobre economia, que inclui também a linguagem dos gestos, todas elas do período pré-pascal, convém ainda um esclarecimento prévio sobre essa estrutura narrativa.

Observe-se que a evolução das falas do primeiro Bloco – Orações, Discurso, Juízos e Parábolas-, segue uma estrutura narrativa presente nos capítulos iniciais de Matheus – do quarto ao décimo quarto. Nesse conjunto de expressões literárias sobre o falar de Jesus, é possível distinguir como característica comum um dado momento lógico de como Jesus encara as questões econômicas que lhe são colocadas de diversas maneiras, incluindo à própria fome de pão que sente no deserto. Todas as falas citadas em Matheus e nos sinóticos neste primeiro Bloco estão contextualizadas por situações concretas que se põem na caminhada da vida pública e reclamam de Jesus algum esclarecimento sobre como responde-las. Pressupõem um olhar sobre a situação e principalmente o discernimento sobre o sentido do agir humano. Com base nesta linha argumentativa, classificamos as várias citações recolhidas do material primário das citações econômicas dos Sinóticos, no Bloco –**“Ver com Sentido Ético-teológico”**

Por sua vez, o **Bloco B – *Julgamentos Explícitos ...,*** contêm um outro conjunto de expressões literárias: “Declarações e Expressões de Valor”. “Advertência e Crítica de Princípios” e “Exortações à Ação”. Complementam e se integram ao Bloco anterior, mas em grau distinto, explicitamente valorativo e orientado ao agir em dada direção.

Por último, completando uma espécie de pragmática coerente e integrada de falas e gestos de Jesus - o **“Agir Explícito e Transformador”,** expresso em gestos de ‘Atitudes Autoexplicativas’ e ‘Milagres e Significação’, todos contidos no Bloco C

Essa é a moldura de uma narrativa estruturada sobre economia, que como tudo o mais nos Evangelhos compõe um testemunho vivo do Reino de Deus, a que certamente as questões econômicas não poderiam ficar de fora. Precisamos agora deixa-la falar, passo a passo, para encontrar a narrativa que estamos procurando. Esta, está contida nas seções que se seguem – de 1 a 9, que correspondem a distintas formas de expressão, dentro dos momentos lógicos (Blocos A, B e C) referidos. É nessa linguagem narrativa, devidamente interpretada sequencialmente, que se responde à questão título deste capítulo.

**III.A.1 – Orações e Meditações Iniciais**

Nas meditações e orações no deserto, mesmo ainda sem situações públicas concretas a se pronunciar, o tema das necessidades biológicas básicas aparece; e Jesus enuncia condições para seu enquadramento numa economia do Reino de Deus, presente na história humana.

A narrativa das tentações no deserto (Mt. 4, 1-11) começa por um fato absolutamente previsível: depois de um longo jejum no deserto, Jesus tem fome de pão e nessa situação é tentado a transformar magicamente “pedras em pães’. Não dá esse tipo de resposta, mas sim uma resposta comum, também à oração do Pai Nosso: o pão nosso de cada dia sai da ‘palavra de Deus’. Essa expressão logo se esclarecerá na narrativa de Matheus, com a reposição da questão da necessidade do pão na oração do Pai Nosso (Mt. 6,12), que também pode ser interpretada por graça de Deus. Esta é onipresente, como a boa semente que floresce na terra, é também aquela palavra ‘que perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos os nossos devedores’ (Mt.6,12)

Aqui nesta oração já se observa uma ligação muito forte da graça de Deus atuando no cotidiano da história humana perante necessidades reais, fazendo ao mesmo tempo a ponte com o tratamento das dívidas econômicas, que já então se estabeleciam, para o que se chama atenção ao sentido do tratamento justo. Esse tratamento justo, pressupõe capacidades humanas plenamente habilitadas pela graça de Deus, para gerar o pão nosso de cada dia com o auxílio das forças gratuitas da natureza; e que não sejam esmagadas por relações desiguais entre credores e devedores, que as tornem estéreis. Afinal, o ser humano foi criado como ser com necessidades vitais, a serem supridas por uma força de trabalho, que assim como as forças da natureza são dons gratuitos da criação de Deus. É importante destacar, desde a Oração do Pai Nosso, a centralidade da categoria dívida a ser subordinada às necessidades humanas, como critério organizador de uma economia humana.

Destaque-se ainda, na oração do Pai Nosso, Jesus recupera a tradição profética sobre tratamento das dívidas econômicas e simbólicas de que o profeta Isaias tratara precedentemente (Is. 61, 1-2). A referida citação de Isaias é lida por Jesus na Sinagoga de Nazaré, conforme narra Lucas -Lc. 4, 18-19. **(6),** em contexto de palavra profética reiterada, mais apropriadamente ressaltada na categoria seguinte (Discurso Articulado), a que retomaremos.

Há ainda uma oração, destacada individualmente pelo evangelista Lucas – o Magnificat, neste caso recitada por Maria, onde o princípio da saciedade dos alimentos aos famintos e todo um conjunto de versos de nítida opção social pelos pobres e de advertência contra o culto da riqueza, transparece com certa centralidade nas meditações da primeira educadora de Jesus de Nazaré – sua própria mãe.

III.A2- **Discurso Articulado sobre Necessidades Humanas**

Quando Matheus já começa a narrar a vida pública de Jesus, “ensinando em suas Sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda e qualquer doença e enfermidade do povo” (Mt. 4,23), o evangelista dará grande destaque na fase inicial de sua narrativa, ao Sermão da Montanha (Mt. 5,1-11), que funciona como uma espécie de roteiro de valor ético para o tema das necessidades humanas, enunciado nas ‘Orações e Meditações’.

No centro desse roteiro de valor, a pessoa do outro necessitada é bem-aventurada. É definida em nove situações: os *pobres*, os *mansos*, *os aflitos*, *os que tem fome e sede de justiça*, os misericordiosos, os puros de coração, *os que promovem a paz*, ***os*** *perseguidos por causa da justiça* e *os que são blasfemados por todas as condições anteriores*.

O serviço ao outro, prioritariamente àqueles (as) padecentes das muitas formas de opressão são bem-aventurados. A perspectiva do resgate dos seus dons e carismas abafados por toda sorte de opressões é a prioridade dessa economia humana, que lhes devolverá também a capacidade de prover o pão nosso de cada dia. Mas tudo isso, observa as demais condições do ser e do agir pessoais – mansos, justos, pacíficos, misericordiosos e puros de coração ajudam pobres, aflitos, blasfemados e injustiçados a superar esses estados de (des)graça.

Por sua vez, seja respondendo a questionamentos, seja espontaneamente recorrendo à leitura do profeta Isaias na Sinagoga de Nazaré (Lc. 4,16-27), Jesus acentua com toda clareza um discurso de preferência pelos necessitados, no sentido da superação das suas múltiplas condições de incapacidade – sociais, físicas e psíquicas, recebendo aplausos dos presentes; mas também sofrendo reações até violentas, quando destaca essa preferência como critério universal, para incluir os mais desprotegidos de então – órfãos, viúvas e estrangeiros.

III.A3. **Juízos de Discernimento Ético Contextuais**

Entre os capítulos 6-7 de Matheus, o evangelista faz uso sequenciado de um conjunto de expressões, muito ao estilo dos livros sapienciais da Bíblia (Sabedoria e Provérbios), que aqui denominamos de “Juízos de discernimento Ético”. Esse estilo parece com o das ‘Orações e Meditações’, mas dele se distingue pela tônica nos contrapontos, que permitem fazer emergir o discernimento ético, aqui selecionado especificamente para o agir econômico. Vou enunciar a seguir a sequência de nove citações, que dando continuidade a esse Bloco A, contém uma linha sapiencial muito importante, no sentido de uma certa preconcepção pragmática da economia humana:

1. ‘Verdadeiro Tesouro’ - (Mt.6,19,21);
2. ‘Deus e o Dinheiro’ - (Mt.6,24);
3. ‘Deus e os Bens Econômicos - (Mt.6,25-34);
4. ‘Estreita é a Porta da Vida” - (Mt.7,13);
5. ‘Pelos Frutos se Reconhece a Arvore’ - (Mt.7, 15-20);
6. ‘Raposas e Aves Têm Suas Tocas e Ninhos...”- (Mt.8,20 e Lc.9,57-63)
7. ‘Misericórdia e não Sacrifício...’ - (Mt.9,13; Mc 2,13-17 e Lc.5,36);
8. ‘Caridade e Recompensa’ - (M7. 10,42 e Mc. 9,41)
9. ‘Armadilha da Moeda de Cesar’ (Mt.22,15-22; Mc. 12,13-17 e Lc.20,20-26).

Observe-se que os cinco primeiros ‘juízos de discernimento’ somente estão citados em Matheus; e seguem uma sequência narrativa logo após a oração do Pai Nosso. Aplicam o mesmo critério aos ‘tesouros’ ao ‘dinheiro’ e aos bens econômicos de subsistência (alimento, vestuário etc.), concluindo com a pergunta: ‘não é a vida mais que o alimento e o corpo mais do que a roupa? ”(Mt. 6,25); para ressaltar no final como os seres da natureza, simbolizados nas aves do céu e lírios do campo, ‘resolvem’ tão sabiamente essas necessidades.

Esse conjunto de citações econômicas sobre discernimento ético, alcança seu ápice no início do capítulo oitavo, já quando Matheus inicia a narrativa das obras milagrosa de Jesus. Estas atraiam muita gente necessitada e também muito trabalho assistencial de Jesus, a ponto de lhe exigir pausas de repouso no meio da caminhada. Aí então, inquirido por alguém que lhe perguntava para onde iria, responde de forma muito significativa:

*As raposas têm suas tocas, as aves do céu ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça. (Mt.*8,20; Lc. 9, 57,63).

O tema das necessidades humanas básicas continuará presente nas demais citações, mas sempre ressaltando o critério da plenitude da vida, da misericórdia e não do sacrifício; da caridade até como forma de recompensa pessoal nas quatro últimas citações, quase todas elas replicadas nos demais sinóticos. Dessas, vale a pena destacar a última que volta a questão do dinheiro em um contexto de armadilha política no interior do Templo

Ressalte-se, que já nos tempos de Jesus a economia monetária alcançara o grau de exigência e generalidade das transações econômicas, que a tornara necessária como meio de troca e também meio de pagamento. O Estado já é seu emissor principal e todos quantos precisam comprar ou vender, pagar dívidas e tributos ou contrair empréstimos e receber salários, realizam esses atos com essa moeda. É nesse contexto e no espaço do próprio Templo, de longa data usuário dessa moeda, que os fariseus lhe lançam uma questão, com visível sentido de armadilha: ‘É lícito pagar tributo a Cesar ou não? ’. A resposta de Jesus-, pedindo que lhe mostrassem a moeda do imposto –um denário, com a efígie do Imperador-; é de todos conhecida e coerente com tudo mais que afirmara sobre economia em toda sua pregação – o “...daí, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus” (Mt. 22,21). Essa resposta repõe toda a prioridade da economia humana sobre a economia de Cesar, do Templo e Tetrarquia, que Jesus continuaria testemunhando ao longo de toda a caminhada, até o sacrifício da vida, processo que praticamente se desencadeia muito claramente a partir do gesto final de expulsão dos vendedores do Templo (ver sessão das ‘Atitudes autoexplicativas’).

III.A4-**Parábolas da Natureza e do Trabalho**

Um outro estilo literário muito utilizado na linguagem verbal de Jesus– o das parábolas e metáforas-, é reproduzido abundantemente em Matheus e nos demais sinóticos. Apresenta de forma simples, pequenas histórias da vida camponesa com referências simbólicas aos ritmos e processos da natureza, como também ao trabalho humano, comuns e compreensíveis ao povo em geral. Usam-se também nestas histórias, linguagens em sentido figurado – as metáforas, igualmente de fácil compreensão, capazes de comunicar questões complexas de forma didática.

Em dez parábolas são tratadas questões econômicas de dois níveis muito relevantes ao que hoje denominaríamos: a) Relações Homem - Natureza em Contexto Ecológico e b) Relações Trabalho –Sociedade em uma economia tipicamente agrária. Por razões didáticas vou fazer esta distinção nas Parábolas recolhidas.

A4.1 – Relações Homem-Natureza

a)-Parábola-metáfora da má combinação de meios e fins (Mt. 9,16-16; Mc. 2,21-22; Lc. 5,36);

b)-Parábola do Semeador com Explicação (Mt. 13, 4-9 e 18-23; Mc. 4,3-9 e13-20 e Lc. 8,5-7 e

11-15).

c)-Parábola do Joio e do Trigo com Explicação – (Mt.13,24-30 e 36-43; Mc 4,26-29);

d) Parábola do Grão de Mostarda (Mt. 13,31-32 e Mc.4,30-32);

e) Parábola da Rede de Pescar (Mt. 13,47-50).

Esse conjunto de Parábolas trata com muita propriedade duas questões envolvidas na relação homem natureza: i) a dinâmica dos ritmos do tempo e das energias gratuitas da natureza oferecendo frutos e produtos aos seres humanos; ii) as indicações sobre como os seres humanos precisam se relacionar com a natureza, incluindo nesta o próprio corpo humano, de maneira a agir oportunamente às dinâmicas do tempo e da natureza que melhor se harmonizem a uma lógica de fins e meios da economia humana.

Provavelmente, a Parábola-metáfora ‘a’, que denomino “da má combinação de meios e fins” é um exemplo contextualizado desse duplo movimento – ritmos do tempo e ação humana inoportuna. Recorde-se que essa Parábola é pronunciada em dado contexto, que segundo todos os sinóticos que a reproduzem (Mc, Mt. e Lc.), Jesus é interpelado pelos fariseus porque seus discípulos não jejuavam à semelhança dos discípulos de João e dos próprios fariseus, mas ao contrário comiam e bebiam normalmente.

A resposta de Jesus é um primor de sabedoria – ‘podem os amigos do noivo jejuar enquanto o noivo está com eles’. Daí segue-se uma Parábola muito significativa sobre a dinâmica do tempo condicionando o agir humano, sob pena do desperdício completo:

*Ninguém faz remendo de pano novo em roupa velho, porque a peça nova repuxa o tecido velho e o rasgo aumenta. Ninguém põe vinho novo em odres velhos; caso contrário, o vinho estourará os odres; e tanto os odres quanto o vinho ficariam inutilizados. Mas, vinho novo em odres novos*. (Mc. 2, 21-22).

Os ritmos do tempo e os serviços gratuitos da natureza, na forma de fecundidade e/ou produtividade naturais, com advertência para o seu contrário quando não se os observa, são retomados com muita versatilidade nas Parábolas da natureza que se seguem, geralmente em capítulos próximos a essa primeira Parábola da “má combinação de meios e fins”, tanto em Matheus, quanto em Marcos e Lucas.

O tema da produtividade da natureza, simbolizado no boa semente, semeada na boa terra é explicitado na Parábola do Semeador (Mt., Mc. e Lc.). A pequena história pressupõe a combinação dessas gratuidades da natureza, fontes de produtividade, com o agir sábio do semeador/agricultor, atento à sua semeadora, para que ela vá ao espaço da natureza mais fecundo, que Jesus explica simbolicamente como similar ao próprio coração humano misericordioso. Em síntese, é pela combinação dessas duas gratuidades – as forças produtivas da natureza e sua recepção no agir humano sábio e misericordioso, atento aos ritmos do tempo e às diferenças do espaço geográfico-, que se torna cada vez mais fecundo (produtivo) o trabalho do semeador/agricultor.

Logo em seguida à Parábola do Semeador, Matheus narra a Parábola do Joio e do Trigo, narrativa um pouco diferente em Marcos, que apresenta na mesma sequência a Parábola da ‘Semente que Germina por Si Só’ (Mc.4,26-29).

Pelo confronto dessas duas parábolas, depreende-se uma ideia central que é comum: a interação no tempo, da semente com a terra – germinação, crescimento, floração, frutificação, não deve ser interrompida por ação humana, mesmo que este processo vital da planta esteja sob competição da erva daninha. Há tempo apropriado para se intervir, no final do processo e somente aí, quando já for o tempo da colheita. Uma intervenção legalista antecipada, significaria no dizer de uma metáfora popular muita nossa conhecida: ‘jogar fora a criança, juntamente com a água suja do seu banho’. Mesma ideia se observa na Parábola da Rede de Pescar (Mt. 19,44), cuja separação do peixe relativamente ao restante do material colhido somente se dá na última etapa do trabalho de pescar.

Finalizando esse conjunto de parábolas da natureza comuns aos sinóticos, temos a Parábola do Grão de Mostarda no contexto narrativo em que Jesus faz comparação com o Reino de Deus, da mesma forma que no caso anterior (Joio e Trigo):

*É como um grão de mostarda que, quando é semeado na terra – é a menor de todas as sementes da terra, mas quando é semeado, cresce e torna-se a maior de todas as hortaliças, e deita grandes ramos, a tal ponto que as aves do céu se abrigam à sua sombra* (Mc. 4, 30-32).

Aqui estão presentes todas as ideias força narradas nas parábolas anteriores, acrescida de uma nova: produtividade autônoma da natureza, gratuidade dos ritmos do tempo, sabedoria do semeador, a par de uma nova ideia, que hoje denominaríamos dos ‘serviços ambientais’, sob a forma de pouso e abrigo às aves do céu.

Todo esse acervo de potências da natureza passa necessariamente por uma relação do homem com a natureza, típica de uma ecologia integral, na acepção moderna da Encíclica *Laudato Si,* recuperadora das inspirações de Francisco de Assis, como também dos Evangelhos.

Por último é importante destacar dessas parábolas relacionadas à natureza, principalmente da

Primeira (sobre a má combinação de meios e fins), que todas elas estão falando também da natureza humana, particularmente do próprio corpo, que precisa comer, beber e jejuar nos tempos e termos adequados à vida biológica e social das pessoas.

A4.2 – Relações de Trabalho, Sociedade e Natureza

Uma outra tipologia de parábolas, muito cara aos Evangelhos Sinóticos, dá conta de relações sociais, que na modernidade as denominamos de caráter *agrário* (posse e uso da terra) e de *trabalho*, com explícitas considerações sobre repartição econômica dos frutos do trabalho extraídos dessa relação, bem como das relações paralelas com o mundo urbano a que essa economia agrária se vinculava. Também aparecem aqui, principalmente nas três primeiras parábolas, as relações de devedores e credores na economia e sociedade da época, com significações que a transcendem à própria noção de dívida econômica, a exemplo da Parábola do Filho Pródigo.

f) ‘Devedor Implacável’ (Mt.18,23-24);

g) ‘Filho Pródigo’ – (Lc.15,11-32)

h) ‘Trabalhadores da Vinha’ (Mt. 20, 1-6);

i) ‘Vinhateiros Homicidas’ (Mt. 21,33-34; Mc. 12, 1-10 e Lc. 20, 9-18);

j) ‘Talentos e Frutos’ (Mt. 25, 14-30) e Lc. 19, 11-22 (Parábola das Minas).

Essas quatro parábolas antecipam questões que hoje denominaríamos de economia política, da maior relevância à vida contemporânea, como sejam – 1) o tratamento social das dívidas econômicas; 2-) a abordagem da remuneração mínima do trabalho; 3) a justa repartição da renda da terra; 4) a necessidade de melhorias à produtividade do trabalho.

**Na ‘Parábola do Devedor Implacável**’, está explicitada simbolicamente a relação do devedor de grande fortuna (dez mil talentos, com cada talento à época correspondente a 17,4 kg de ouro), sendo credor o próprio Rei, capaz de executar a dívida segundo os padrões da época – sequestro de bens do devedor e venda dele e de sua família como escravos.

Perante a súplica angustiada do devedor por prorrogação daquela dívida, o credor concede-a e vai mais além, cancelando a própria dívida.

O gesto da anistia de uma dívida de dez mil talentos (174 ton. de ouro), não fica em segredo, ainda mais em situação inusitada. O devedor perdoado, que é também credor de pequenos empréstimos, recusa-se agressivamente a prorrogar dívida de cem denários (cada denário equivalia à época a 0,33 gramas de ouro), respondendo ao apelo do devedor com a ameaça da prisão até que pagasse sua dívida.

A parábola se conclui com a descoberta da conduta injusta do credor implacável para com seus devedores, que leva a anulação da anistia anterior pelo Rei, com todas as consequências, que antes lhes haviam sido perdoadas.

O tema da restruturação das dívidas nas situações críticas de incapacidade humana para suportá-las, precede aqui, como na oração do Pai Nosso, a toda prioridade econômica. A reciprocidade também é válida, sem o que jamais se alcançaria justiça econômica e social em tal processo. Ignorar ou inverter tais processos, que é da própria índole da idolatria do dinheiro, tem as consequências éticas radicais das relações sabidamente injustas.

Por sua vez, a Parábola do Filho Pródigo ressalta uma relação simbólica significativa muito comum às relações interpessoais, principalmente no contexto das relações patrimoniais familiares – a presunção de relações de débito e crédito – por herança, por favores, prioridades presumidas e expectativas de direito, à frente da fraternidade ou do amor filial. Já a conduta de perdão ao Filho Pródigo, acolhido pelo pai, e o conselho do pai ao filho mais velho, para abandonar sua atitude de ‘credor moral’ - injustamente tratado -, fica como incógnita à reflexão coletiva.

**O tema do salário justo** em contraponto ao salário convencional de mercado aparece na ‘Parábola dos Trabalhadores da Vinha’ (Mt. 20, 1-6). Aqui se trata da remuneração dos trabalhadores da vinha, no contexto de certa desocupação acentuada, a tal ponto dos trabalhadores ficarem das primeiras horas do dia até o anoitecer nas praças à espera de quem os contratasse; e não raro sobrassem muitas pessoas sem encontrar emprego.

A Parábola é muito significativa, por ligar a promessa do ‘salário justo’ (Mt. 20,4) aos trabalhadores que mais tempo esperaram; com o salário daqueles primeiros escolhidos, que, portanto, por mais tempo trabalharam na jornada. O critério do salário justo de Jesus não está referido à noção convencional de tempo de trabalho incorrido. Recorde-se que todos oferecem na praça os seus serviços e todos trabalham por necessidade, que é comum aos que conseguem, como aos que não conseguem emprego. Por essa razão, todos recebem o mesmo salário dia, de 1 denário- (equivalente a 0,33 gramas de ouro), que pela narrativa se deduz corresponder às necessidades diárias daquele trabalhador ( e provavelmente de sua família), deslocado do seu ‘habitat’ familiar para procurar emprego nas praças públicas. Essas pessoas são portadoras de necessidades básicas, independentemente da quantidade de trabalho que realizem ou mesmo de nenhum trabalho realizado, por falta de contrato.

A ideia moderna que a Parábola invoca é a do salário mínimo legal, como “justo salário”, independentemente das condições de oferta e demanda do mercado de trabalho e do ‘preço’ de mercado desse salário em condições parecidas aos da Parábola – de excesso de oferta, quando o mercado paga sempre menos. Desloca-se, portanto, o critério mercantil para o critério da ‘necessidade básica’ como referência ao salário justo.

**A distribuição da renda da vinha** entre diferentes protagonistas da sua produção é o tema da Parábola dos Vinhateiros Homicidas. Aqui se desvenda, de maneira simples, tema dos mais complexos na economia política moderna –a questão da repartição justa da renda da terra e da renda do trabalho, aqui simbolizados na ideia da justa distribuição dos frutos do trabalho humano e dos bens gratuitos da natureza, previamente contratados.

Observe-se, na narrativa da Parábola, quem são as partes contratantes e em que condições acordam:

..*.havia um proprietário que plantou uma vinha, cercou-a com uma sebe, abriu nela um lagar e construiu uma torre. Depois disso, arrendou-a a vinhateiros e partiu para o estrangeiro*. (Mt.21,33).

O contrato de arrendamento, nos termos descritos na Parábola, pressupõe a repartição acordada entre duas partes, daquilo que modernamente chamaríamos de renda do trabalho e renda da terra, ambas associadas ao total de frutos gerados pela vinha. Mas uma das partes se recusa a repartir e se apropria da totalidade do produto, ignorando por completo o papel do semeador e da produtividade da vinha que este viabilizou com suas iniciativas de melhoramentos fundiários. Essa conduta egoística suscita outras tantas contra os emissários do semeador, culminando com o homicídio do seu próprio filho.

A Parábola é rica de significados e sugestões. Há uma renda justa do trabalho a ser reivindicada em todo contrato, como se viu na parábola anterior; e há também um critério justo de repartição da renda fundiária, expressa pelo arrendamento da vinha. Afinal esses arrendamentos contêm usufruto da produtividade gratuita da natureza e da renda do trabalho do próprio proprietário-semeador, em partes previamente acordadas. Na Parábola, a ganancia dos produtores de uvas e vinhos ultrapassa quaisquer limites da ética de costumes da época, prefigurando também uma idolatria do dinheiro.

**A questão da produtividade do trabalho** é tema central em duas parábolas muito parecidas dos evangelhos sinóticos – a Parábola dos Talentos (Mt. 25, 14-30) e Parábola das Minas (Lc. 19, 11-20). Nos dois casos os evangelistas narram histórias simbólicas contadas por Jesus sobre valores econômicos entregues por homens ricos aos seus empregados, para que os administrassem de maneira produtiva por um período dado em que estariam ausentes do pais. Ao regressar estes senhores pedem contas aos seus administradores sobre os rendimentos obtidos e se deparam com duas situações qualitativamente distintas: alguns apresentam rendimentos altos ou baixos, mas sempre positivos. Mas em outra situação o rendimento dos valores entregues é zero, porque se opta por ‘enterrar o talento’ ao invés de fazê-lo produtivo.

O simbolismo das parábolas está no fato de destacar o trabalho social como fonte ativa de qualquer rendimento econômico ou produtividade e o não trabalho do entesouramento, que é vetor de atrofia dos dons e carismas pessoais, provocativos da situação de estagnação. É nesse sentido que ambas as parábolas concluem com o elogio ao trabalho produtivo: *porque todo aquele que tem, será dado, mas aquele que não tem, será tirado até mesmo o que tem.* (Lc. 19,26).

Essa conclusão, que também aparece na Parábola dos Talentos, de maneira idêntica, embora com pequenas mudanças de forma, é lida erroneamente como elogia da desigualdade econômica. Mas o seu contexto de significação indica-nos o inverso: sendo como é fonte de produtividade (dons e carismas pessoais), seu resgate para a vida social requer esforço de trabalho, que será tão mais exigido, quanto mais se o tiver como dotação própria ou sob concessão. O elogio é à produtividade do trabalho como necessidade a ser colocada à disposição da sociedade, com prêmios ao administrador eficaz e castigo ao dissipador, cuja única preocupação é guardar improdutivamente riqueza previamente recebida gratuitamente.

**B – Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico**

As formas de expressão deste Bloco estão muito mais diretas na linha do julgamento de situações, enfoque que vai além do caráter de observação da realidade e discernimento sobre seu sentido mais profundo, que caracterizam o Bloco A. Por isso, as formas de expressão estão mais carregadas pela tônica da valoração, como também da crítica e advertência contra anti-valores presentes na história da vida humana, vista sob o critério econômico. E como em todas as anteriores formas de expressão, a narrativa dos ‘Julgamentos Explícitos...” está impregnada de pragmatismo ético e não propriamente de doutrinação moral.

O enfoque de Jesus em todos os momentos dessa ‘narrativa estruturada’ é caracterizado por aquilo que os teólogos chamam de ortopraxis **(7).** Diferentemente da ortodoxia, que parte das regras morais ‘a priori’, a ortopraxis ou ortopraxia extrai das situações concretas e contextuais os critérios para uma boa ação com vistas a uma vida sã, utilizando linguagens simbólicas.

Os julgamentos explícitos deste Bloco, complementam o “**Ver com Sentido Ético**” do Bloco A anterior; e de certa forma preparam o Bloco final – **“Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus”.**

Neste Bloco B, vamos analisar algumas citações dos sinóticos, sob as formas de ‘Declarações e expressões de Valor”, “Advertências e Críticas de Princípios” e “Exortações à Ação”.

B5 – **Declarações e Expressões de Valor**

1-“Jugo Suave, Fardo Leve” (Mt. 11,30).

2-“Sábado para o Homem e não o Homem para o Sábado” – (Mt. 12,1-8); (Mc. 12,23-27); (Lc. 6, 1-5).

3-‘Dificuldade do Rico se Salvar’- (Mt. 19,21-26) e (Mc. 10, 17-27).

4-‘ Valor do Serviço ao Outro’ – (Mt. 20, 26-28); (Mc. 9. 36-37); (lc. 9, 33-37 e Lc. 13,36).

5- ‘Atender Necessidades é Atender a Cristo”- (Mt. 25, 32-46).

Esse conjunto de expressões, diferentemente das Parábolas que narram pequenas histórias simbólicas, contem frases pronunciadas em contextos situacionais, que respondem a casos particulares concretos e se projetam como critérios de sabedoria existencial universal. A frase em geral é uma síntese comunicativa, dentro de uma fala mais contextualizada à situação particular e expressa com sentido didático um critério de agir ético universal.

***Meu jugo e suave e meu fardo é leve***– (Mt. 11,30) fecha o capítulo 11 do Evangelho de Matheus, em sequência à pergunta de João Batista por intermédio de mensageiros – ‘És aquele que há de vir ou devemos esperar outro? ’.

Há várias diferenças com relação ao Messias esperado pelos judeus. Estes, se impunham fardos e jugos mediante leis impostas pela ordem religiosa. Em contraposição, Jesus propõe aqui um trabalho bom, na linha de quem vem trazer misericórdia e não sacrifícios, diferentemente dos jugos e fardos autossuficientes da lei religiosa.

***Sábado é para o homem e não o homem é para o sábado’***, responde nas três narrativas mencionadas dos sinóticos a uma situação particular e muito concreta – discípulos caminhavam famintos na estrada e se alimentavam de espigas colhidas nas plantações do caminho, algo proibido pela lei religiosa por envolver algum tipo de trabalho no sábado, no caso a colheita das espigas.

A precedência da necessidade humana da alimentação sobre a lei religiosa manifesta-se aqui pela frase síntese, com sentido ético pragmático muito claro.

***É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus!*** Esta é uma resposta registrada identicamente por Marcos e Matheus a uma interpelação de um homem rico, sobre o que fazer para herdar a vida eterna. Jesus lhe aponta em primeira instância – seguir a lei de Deus, inscrita nos mandamentos.

Diante da resposta de Jesus, o homem contrargumenta de que já o fazia desde sempre, mas sentia de que lhe faltava algo. Perante tal insistência, Jesus recomenda – vender tudo o que tem; repartir com os pobres e segui-lo. Mas como o homem era muito rico, sua resposta foi escapar.

As expressões – ***O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida como resgate por muitos*** (Mc. 20,27); e ***Todas as vezes que deixaste de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixaste de fazer –*** (Mt. 25,46), pronunciadas em contexto de disputa pelo poder no seio da comunidade primitiva, encerram esta seção, respondendo ao mesmo tempo interpelações particulares, mas principalmente definindo critério geral de economia humana, enunciado por Jesus.

O serviço ao outro, prioritariamente aos necessitados, é valor maior dessa economia. Isto pressupõe a pessoa do outro necessitado como centro da ética econômica de Jesus.

Aqui o serviço ao outro, coerentemente com todas as falas precedentes, é fonte de graças abundantes, no sentido de que tudo mais será dado por acréscimo a quem assim proceder.

Completamente distinto é o critério da ética econômica da economia clássica, de que trataremos mais adiante (cap. IV), em que o egoísmo comportamental explícito pela busca compulsória do auto interesse produz ou provoca coletivamente a riqueza das nações, impelida por um ente mágico –a mão invisível dos mercados. Subjacente a essa teoria clássica há um pressuposto de uma ética utilitária compulsória que impele a ação humana às maximizações da utilidade e dos benefícios monetários individuais ou empresariais, erigindo-se uma teoria do valor utilidade como referencial único de eficiência econômica.

Por sua vez, o critério do serviço ao outro necessitado difere também da teoria de origem clássica (David Ricardo), adaptada por Marx em “O Capital” – a teoria do valor trabalho. Nesta, “o tempo de trabalho socialmente necessário” à produção da mercadoria é o cerne da teoria do valor econômico, da qual a ‘mais valia’ é uma derivação. Mas o que se deduz das muitas falas de Jesus sobre o valor do serviço ao outro necessitado ao longo de todo o texto é uma espécie de centralidade do valor do serviço nesta economia humana, independentemente dos critérios de utilidade ou tempo de trabalho dispendido. Voltaremos a este tema ao final.

III.B6 – **Advertências e Crítica de Princípios**

1. Sobre a ganancia – (Mt. 10,37-39); (Mc. 8,36-37) e (Lc. 9, 23-26);
2. Sobre a quebra de confiança por blasfêmia – (Mt. 12, 25-32 e (Lc.11, 14-23)

Neste tópico Jesus faz advertências em dois contextos bem peculiares – na preparação dos discípulos para missões próximas, no primeiro caso; e no segundo caso enfrenta desconfianças e até calúnias dos fariseus, que atribuem milagres de Jesus, que acabam de presenciar, ao príncipe dos demônios –Belzebeu.

Nas duas situações trata de questões fundamentais à economia humana. Na primeira, aborda a questão de ‘ganhar a vida’, que no sentido moderno da ganancia econômica é uma espécie de mola propulsora da teoria e da prática compulsória da economia de mercado contemporânea **(8),** baseada no princípio do máximo benefício (prazer) e menor custo (dor) individuais.

Nas citações referidas ao primeiro caso (a), coincidem as advertências de Jesus, principalmente contra a vertente hedonista, muito forte na cultura greco-romana da época, para quem – ganhar o mundo individualmente era signo de prazer, riqueza e poder, transferindo-se aos escravos, camponeses e endividados o ônus por carregar o fardo pela obtenção desse ganho.

Jesus, por ocasião da preparação dos apóstolos e discípulos, faz uma preliminar preparação às missões, complementada mais adiante (ver tópico B6). Adverte-os contra todo estilo de ganância, que mata a própria vida, na medida em que centrada no próprio ego, abandona o princípio da misericórdia e da solidariedade para com o outro. Ademais, transfere o ônus para ser carregado pelos mais pobres; e não enfrenta sua própria cruz.

As consequências reais da opção pela ganância econômica hedonista/utilitária como finalidade de vida, significam a perda da própria condição humana, traduzida numa linguagem moderna - pela profunda alienação moral e espiritual deste estilo de vida econômica e social.

Há uma segunda advertência muito forte, sobre tema que é pressuposto ao funcionamento de qualquer sistema econômico, desde a época de Cristo, mas principalmente na modernidade – o estado de confiança social.

O leitor precisa atentar para o contexto da grave advertência de Jesus, registrada em Marcos e Lucas, sobre a quebra de confiança social que promovem os fariseus, por suas negativas ostensivas em reconhecer a graça transformadora do Espírito Santo de Deus presente na pessoa de Jesus, que acabara de curar um doente cego e mudo. O ato é público, mas é questionado pelos fariseus e até blasfemado, no sentido de que se operara um milagre pela força do príncipe dos demônios.

A blasfêmia, no caso, pretendia quebrar a confiança pública na força santa e transformadora do milagre, operado pela graça do Espírito Santo, segundo a narrativa do próprio Jesus. Mas ao assim proceder, os fariseus atentavam diretamente contra uma obra maior subjacente – o estado de confiança na graça de Deus, que é assim como o oxigênio que respiramos, fonte imprescindível de energias vitais à própria existência digna dos seres humanos.

A calúnia, ainda mais difundida por educadores religiosos, como eram os fariseus, quebra a confiança pública nesta, como em tantas situações análogas de relacionamento humano, movidas por interesses outros, que não o da legítima verdade. É gravíssimo pecado – o da blasfêmia, mentira orquestrada, falsificação ostensiva da realidade. Dissemina no coração humano sementes de incerteza, desconfiança ou negação definitiva da graça de Deus. Esta semeadura maligna se realiza pela comunicação humana, cuja palavra é fonte simbólica do conhecimento, percepção e discernimento sobre o estado real do mundo da vida. Daí que, obstruir ou até inverter a comunicação da verdade, como reconhece a própria narrativa (Mt. 12,32) é ofensa que pode ser perdoada; mas obstruir e até inverter a comunicação da ação do Espírito Santo na vida concreta – é pecado imperdoável (Mt. 12,32 e Lc. 12,10).

O leitor conhecedor dessas passagens bíblicas poderia questionar – o que tem a ver essa condenação radical da blasfêmia com a economia humana, tema deste texto?

A pergunta é pertinente e instigante. E a resposta preliminar é: tudo a ver. É o estado de confiança e as expectativas que daí se gestam às relações interpessoais, bem como ao evoluir futuros dos ganhos econômicos, a base fundamental sobre que se assentam as ações e reações dos chamados agentes econômicos. Abalar o estado de confiança por disseminação de falsa informação traz consequências econômicas negativas de um tipo – maior incerteza e desconfiança em relação ao futuro. Mas negar ostensivamente a verdade; obstruir sistematicamente sua comunicação ou até inverter os seus sinais sobre questões como desigualdade sociais, necessidades humanas ou sustentabilidade planetária, para citar exemplos contemporâneos que nos sãos caros; contém sementes malignas de sentido obstrutivo à legitima comunicação social, de consequências muito graves. Bloqueiam o campo do conhecimento e discernimento público, formação de consciência e principalmente sobre o agir com vista a fins bons e saudáveis. Equiparam-se neste sentido ao pecado contra o Espírito Santo, narrado nos sinóticos.

O curioso é que esse tipo de ofensa gravíssima, banalizado que ficou pela ‘naturalização’ no âmbito da economia política e de suas estratégias midiáticas de manipulação do ‘estado de confiança’ econômico, não tem merecido a devida atenção no discurso religioso convencional. Este, muito centrado na ortodoxia da doutrina, aparentemente considera as questões práticas de manipulação da fé pública como questões externas à ‘economia da salvação’ **(9).**

**B6 – Exortações à Ação – Missão dos Apóstolos e Discípulos**

(Mt.10,1-10); (Mc.6, 7-13); (Lc.9, 1-6), Lc.10, 1-9) e (Lc.5,4-8)

As Exortações à Ação de que aqui vamos tratar referem-se especificamente às recomendações que os três evangelistas sinóticos revelam, como que instruções pragmáticas de Jesus aos apóstolos e discípulos enviados a povoados e cidades, para missões de comunicação do Reino de Deus. O sentido efetivo dessa comunicação relativamente ao eixo narrativo deste texto, em continuidade àquelas recomendações missionárias de serviço da seção anterior, precisamos interpretár. Acresce-se ao final uma exortação específica de Jesus aos quatro primeiros discípulos – a narrativa da ‘Pesca Abundante’, que pelo seu sentido simbólico merece comentário conclusivo.

Há três citações muito parecidas, originárias de Marcos (6, 7-13), replicadas em Matheus (10, 1-10) e (Luc.9,1-6), que se referem explicitamente aos 12 apóstolos; e uma outra somente citada em Lucas (Lc. 10, 1-9), que se refere aos 72 discípulos enviados às cidades da região. Ainda que com pequenas diferenças formais e de destinatários – 12 apóstolos e 72 discípulos, o núcleo comum dessas quatro citações referidas é o mesmo: recomendações pragmáticas de nada levar, como se hospedar, ficar apenas onde fossem acolhidos e retribuídos com hospedagem solidária; e muito explicitamente – realizar curas de enfermos e expulsão de espíritos malignos (demônios).

Observe-se que o conteúdo de todas as recomendações caracteriza um estilo, qual seja o do anúncio da boa nova no mundo da vida, a partir de situações concretas com que nos defrontamos no cotidiano. Não há entre as recomendações de Jesus quaisquer instruções doutrinárias da religião oficial de então, que o próprio Jesus conhecia plenamente.

Sobre economia humana, atentar para duas observações muito importantes. Os apóstolos e discípulos enviados vão prestar um serviço à comunidade, de cura aos enfermos e expulsão de demônios. Como o serviço requer deslocamento, hospedagem e alimentação, compete à comunidade destinatária assim fazê-lo, mediante retribuição destes meios, que não devem onerar a missão desses discípulos. Os atendimentos pessoais – curas de enfermos e expulsão de demônios-, são graças concedidas aos enviados por Jesus, que não comportam pagamentos de retribuição; como em quaisquer outros atendimentos pessoais,

A missão dos discípulos, pelo que nos é levado a induzir das várias citações, é o anúncio pragmático do Reino de Deus. Este já está presente nos locais a serem visitados, ali onde as pessoas recebem os enviados de Jesus, restando apenas ser acolhido pelo retorno à saudação da paz do Senhor, para que se desencadeei o fluxo transformador desse anúncio. Mas haverá situações de não acolhimento, para o que as recomendações também falam sobre como proceder.

Finalmente, é preciso destacar a confluência nessa ‘Exortação” de três critérios ético-econômicos que se complementam pragmaticamente: 1) o serviço ao outro necessitado, como núcleo estruturante; 2- a necessidade de retribuição dos visitados, tanto em meios – retribuição pela hospedagem simples-, quanto em fins – pela retribuição da saudação da paz do Senhor;3) a graça de Deus é subjacente nesses procedimentos cooperativos e solidários. É fonte de criação de valor econômico, mesmo em comunidades muito pobres como em geral o eram os destinos procurados pelos apóstolos e discípulos para suas missões.

A conjunção desses três critérios, coerentemente com o que veremos mais adiante, é fundamental para assimilar o significado das ações transformadoras do próprio Jesus – os milagres (Ver Bloco C), que aqui são antecipados para seguimento e imitação pelos seus discípulos.

**C – Sobre o Agir Explicito e Transformador de Jesus (Atitudes e Milagres)**

Neste Bloco C vamos dar um passo além relativamente aos Blocos anteriores A e B, que trataram de falas reiteradamente atribuídas a Jesus pelos evangelhos sinóticos, organizadas em diversos estilos linguísticos de expressão.

Aqui no Bloco C trataremos de uma outra forma, não falada, de expressão – as atitudes autoexplicativas e os milagres, que no contexto pragmático dos evangelhos sinóticos revelam um processo ascensional significativo do Jesus histórico, do humano à divindade. Essa ascensão, que se dá dentro da história, geografia e cultura de uma dada época, continha e contém possibilidades de imitação pelos discípulos daquele tempo, como também pelos discípulos do futuro. Isto, contudo, não é mera transposição de procedimentos, mas atenção aos sinais e significados que precisam ser recuperados em outros contextos históricos, geográficos e culturais.

Como se verá em sequência, as questões econômicas estão também aqui onipresentes, seja como ruptura, a exemplo da expulsão dos vendedores do Tempo, seja como transformação de estados de morbidade/morte em pessoas na plenitude da vida, processo que aqui se opera pelos milagres de Jesus. E neles há sempre um conteúdo imitável, em geral escondido em detalhes que precisam ser destacados, porque é o estilo de serviço de economia humana a ser perseguido neste texto.

Neste Bloco C, iniciaremos com a Seção 7c- Atitudes Autoexplicativas, finalizando-o com a seção 8c- Milagres e Significação.

**III.7.C – Atitudes Autoexplicativas**

a) Jesus paga tributo ao Templo (Mt. 17, 24-27)

b) Expulsão dos Vendedores do Templo (Mt. 21,12-16); (Mc.11,15-19); (Lc. 19,45) e Jo.2,13-17

Duas atitudes de Jesus – uma tomada ainda em Cafarnaum, quando acede em pagar o tributo anual e pessoal dos judeus, cobrado a título de cobertura das necessidades de manutenção do Templo de Jerusalém (Mt. 17,24-27) -; e outra de expulsão dos vendedores do Templo, adotada já em Jerusalém, narrada pelos três sinóticos e também por João. Essas duas atitudes contêm mensagens implícitas coerentes, apesar da aparência de contradição. Mais uma vez precisamos recorrer ao contexto desses gestos, como o fizemos com a expressão -“Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus” (seção A3), para que se compreenda plenamente a evolução do agir pragmático de Jesus – do compromisso à ruptura.

Observe-se que esse tributo ‘per-capita’ ao Templo foi cobrado pelos coletores a Jesus, por intermédio de Pedro. Equivale ao salário básico de dois dias de trabalho ano; talvez o tributo menor dentro do sistema de impostos públicos a que estavam submetidos os povos de Israel – pelo Império Romano, pelos governos regionais da Tetrarquia e pelo Templo. Jesus consente em pagar o státer (quatro dracmas), por si próprio e por Pedro, com certo gesto de compromisso, para não promover prematuramente e sem o devido esclarecimento a controvérsia sobre a legitimidade das relações econômicas iníquas, a que o Templo se prestava exercer.

O tempo oportuna chegaria mais adiante! Antes, porém, convém esclarecer, que relações econômicas eram estas que qualificamos de iníquas.

O tributo ‘per-capita’ do Templo, relativamente baixo, não era a única forma semicompulsória de obtenção de dinheiro pelo Templo. Havia também o pagamento do dízimo anual, das primícias (primeiros frutos de colheita agrícola); e ainda por ocasião da Páscoa judaica, todo judeu estava moralmente obrigado pela lei religiosa a fazer sacrifícios rituais de determinadas vítimas – pombos, cabritos, novilhos etc-, liturgicamente sem defeitos-, fornecidos pelos sacerdotes e oferecidos como sacrifício para quitação dos pecados pessoais. E também em outros serviços narrados nos evangelhos, a exemplo das apresentações obrigatórias de crianças do sexo masculino, de doentes “impuros” curados etc.

Ademais, os sistemas de tributação do Império Romano e dos governos locais se somavam ao do Templo, afetando um volume exagerado de pagamentos, cobrados pelos coletores de impostos, que também corrompiam por conta própria o processo. Estima-se entre 1/3 a 50% o valor anual da produção camponesa comprometida neste processo de extração do excedente econômico **(10).** Este processo, pelo fardo excessivo, provocava endividamentos privados em cadeia, preâmbulo de ruina para muitos pequenos agricultores e artesãos, vítimas prováveis à perda de suas terras e da própria liberdade pessoal, por dívidas inadimplentes.

Por seu turno, a relação pecado/dívida/sacrifício que a religião centrada no Templo e na sua casta religiosa administravam, prometia quitação de pecados mediante oferta de sacrifícios litúrgicos e/ou contribuições tributárias (dízimos), funcionando simbolicamente e também financeiramente como uma espécie de legitimação religiosa da situação.

É nesse contexto que precisamos inserir a resposta radical em Jerusalém, no próprio recinto do Templo: *Virou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombos e não permitiu que ninguém carregasse objetos através do Templo. E ensinava-lhes dizendo: ‘Não está escrito: Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos? Vós, porém, fizestes dela um covil de ladrões’* (Mc. 11.15-17)

Essa mudança de atitude de Jesus em relação ao Templo – do compromisso à ruptura com seus gestores, significa em verdade uma profunda coerência com tudo que dissera e fizera antes sobre economia do Templo e do próprio Império.

Na verdade, o aprisionamento e legitimação da iniquidade numa relação teológica pecado/dívida/sacrifício, enclausura a ação libertadora do Espírito Santo em um verdadeiro triângulo idolátrico sem saída.

Jesus já apontara a relação pecado/perdão; dívida/perdão ou reestruturação em termos substancialmente distintos na oração do Pai-Nosso, como também em muitas Parábolas citadas neste artigo. Chegara a hora, portanto, de romper a relação fechada pecado/dívida/sacrifício, subproduto espúrio de uma ortodoxia religiosa e de uma teologia sacrificial, muito conveniente às classes abastadas de então.

Esse gesto de Jesus terá consequências, certamente pactuadas entre a casta sacerdotal e os fariseus, para sua prisão e condenação à morte, processo que abriria pelas suas implicações extremamente dolorosas, o desencadeamento da transformação central do cristianismo – a Ressurreição.**(11)** Esta, de certa maneira, já está presente de forma potencial nas atividades de curas e transformações que Jesus vinha realizando, juntamente com sua comunidade de seguidores, por toda a caminhada desde Cafarnaum – os milagres, a cuja significação vamos nos dedicar na próxima seção.

**8.C – Milagres e Significação**

Esta última seção 8.C deste capítulo, encerra a ‘narrativa estruturada’ com esta seção de Milagres e Significação em duas abordagens (8C1 e 8C2), devidamente interpretadas, de alguns milagres pré-pascais de Jesus, que pelos sinais que nos são fornecidos por uma frequência muito grande de citações nos Evangelhos Sinóticos, permitem-nos desvendar pistas significativas aos objetivos deste texto.

1. Multiplicação dos Pães e Peixes (oito citações nos 4 Evangelhos – Ver Anexo Metodologico))

Todas as oito narrativas citadas (sete dos Sinóticos e uma de João) sobre milagres de multiplicação de pães e peixes nos quatro Evangelhos **(12),** descrevem os fatos, destacando a partilha de pães e peixes para multidões famintas. Essa partilha se dá de duas formas, segundo as diferentes narrativas: 1- pelo gesto de Jesus, por todos narrado, de abençoar e distribuir os alimentos aos discípulos, para que estes os repartam às várias dezenas de grupos com 50 ou mais convivas ali reunidos, a pedido do próprio Jesus (Cf. Mc e Lc.); 2) pelo provável **(13)** acréscimo aos bens abençoados e repartidos por Jesus, por procedimento imitativo interno a cada grupo, dos alimentos que algumas pessoas trouxeram para seu próprio consumo. Este segundo componente é aquela parte perfeitamente imitável do gesto de Jesus, capaz de liberar energias humanas extraordinárias.

Há, portanto, dois milagres em um só: o da multiplicação dos pães e dos peixes e o da partilha solidária, ambos provocados ou despertados por Jesus.

O ponto alto do milagre terá sido não apenas multiplicar o alimento, como também abrir o coração das pessoas reunidas em grupos menores, que ao se reunirem, escapam do anonimato da grande multidão; e se sentem chamadas a partilhar aquilo que originalmente tinha sido trazido só para si.

Inverte-se aqui o primado da economia clássica de Adam Smith: ‘Cada um buscando o próprio interesse, promoverá o interesse geral, pela operação de uma mão invisível’.

O princípio da partilha é o inverso. Cada um atendendo o outro necessitado, todos ficarão saciados e ainda sobrará. O operador deste milagre é a graça de Deus imiscuída nas energias conjugadas da cooperação e ajuda mútua. O símbolo da partilha suscita uma abertura profunda do ser humano às energias incomensuráveis da cooperação e solidariedade entre todos e vai ao cerne da componente do milagre, a ser imitado pelos discípulos e seguidores de Jesus.

Observe-se um detalhe narrado, aparentemente menor, mas que é fundamental – a emergência de um princípio dinamizador da cooperação interpessoal, diretamente proposto por Jesus (Cf Mc. 6, 39-40) e (Lc, 9, 14-15), que pede a uma multidão de cerca de 5,0 mil pessoas a se reunirem em grupos menores de até 50 pessoas (ou convivas na linguagem de Marcos). Essa solicitação de Jesus à formação de pequenos grupos é muitas vezes lida como detalhe irrelevante, que não o é. E aqui é válida uma digressão teórica econômica pertinente.

Cooperação interpessoal é possivelmente o ‘segredo’ do processo de divisão do trabalho que Adam Smith investiga no seu livro clássico **(14)** como motor do crescimento da produtividade do trabalho, historicamente na transição do artesanato para a manufatura; e desta para a indústria moderna.

A cooperação entre várias pessoas para produzir um dado bem ou serviço homogêneo é mais produtiva, pela economia de tempo, movimentos e energias despendidas, comparativamente ao inverso, de cada um realizar todas as tarefas individualmente. A experiência é demonstrada em A. Smith.

Ao suscitar a cooperação na repartição de pães e peixes e abrir corações e mentes para a partilha com os mais necessitados, a narrativa da multiplicação dos pães põe em funcionamento essa dinâmica da cooperação, orientada a fins de atender necessidades e da misericórdia humana, diferentemente da economia clássica; tema a que retornaremos no confronto de éticas econômicas do capítulo IV.

1. **Sobre Os Milagres de Cura aos Enfermos - (ver as citações na nota n. 15)**

Os evangelhos sinóticos, que tem por método fazer memória da caminhada histórica de Jesus, passo a passo, desde a vida familiar em Nazaré da Galileia à paixão, morte e Ressureição em Jerusalém, na Judéia; registram pelo caminho uma frequência muito grande de milagres de Jesus, com notável prevalência entre eles das curas de todas as enfermidades então encontráveis – 13 referências em Marcos, 14 em Lucas e 16 em Matheus. **(15)**

Assim como os milagres da multiplicação de pães e peixes, as curas aos enfermos contêm também indução à imitação pelos seguidores de Jesus, que requer atenção aos sinais e significações desses gestos. Há aqui também uma dinâmica de transformação de situações – da carência à saciedade, como vimos na situação anterior-, agora se manifesta pela mudança de estados de morbidez/atrofia e incapacitação para estado de plena capacidade e liberdade humana. É nesta situação ou para esta situação que as pessoas são criadas e dotadas de dons e carismas conferidos a todos e a cada um, a serem exercitados por atividades, que pressupõem a liberdade de agir.

Gerar saúde é também gerar salvação humana; daí que uma economia humana que se referencie nos milagres de curas, tem muito a nos dizer, mais além da tecnicalidade das ciências médicas, que por razões de método estão afastadas da perquirição do sentido da vida plena e dos valores inerentes à condição integral do corpo-espírito humanos.

A pergunta que a esta altura nos desafia é a seguinte – como podemos nós imitar as curas de Jesus nas situações em geral de pessoas comuns, não dotadas de dons humanos de cura e muitos menos ainda da própria condição divina de Jesus?

A expressão “Ide e Curai os Doentes” **(16)** que Jesus utiliza várias vezes nas instruções aos discípulos e apóstolos de sua época, continua válida nos tempos modernos. Mas requer interpretação daquilo que pode ser imitado por cada um de nós.

Das dezenas de milagres de cura narrados pelos sinóticos – 16 eventos narrados em Matheus, 13 em Marcos e 14 e Lucas – (ver Anexo Metodológico)- de curas pessoais e coletivas-, em todos estes casos temos explicitados dois momentos significativos: 1) o ato imediato da cura reabilitadora da pessoa, para viver a vida livre daquele ‘poder desintegrador do mal’ **(17);** 2) o processo curativo continuado, que requer ações comprometidas com a recriação de homens e mulheres livres daquelas forças desintegradoras que campeiam pelo mundo. Vou recorrer aqui a um especialista no tema, sintetizando, a meu modo, essa abordagem original de José Antônio Pagola, de ação teológica capaz de responder à questão central aqui colocada.

**Uma ação teológica exemplar, capaz de reconciliar saúde e salvação,** é o tema que permite integrar na mesma abordagem - ato imediato e processo curativo continuado. Os estudiosos de Jesus histórico, a exemplo do conhecido biblista espanhol José A. Pagola, põem em destaque, com grande riqueza de detalhes, a missão de ‘curador da vida’, a que se dedicou Jesus de Nazaré em sua caminhada de vida pública.

Ao colocar em primeiro lugar a vida das pessoas e não a religião ou o proselitismo em torno da lei e do pecado, inverte completamente os termos da teologia oficial da época – teologia da retribuição, segundo a qual, saúde, salvação, riqueza e prestígio estariam associados ao *prêmio de Deus,* enquanto doença, miséria, pobreza e sofrimento humanos estariam associados ao *castigo de Deus.* A ação curativa de Jesus é completamente distinta e liberta desse triângulo cruel, de que já falamos anteriormente – pecado/dívida/sacrifício.

Nessa ação curativa, Jesus reconcilia os sentidos da saúde e salvação, corrompidos pela teologia da retribuição, aproximando-se e até mesmo tocando os enfermos, considerados ‘impuros’ pela lei religiosa, com que se lhes desperta, pela solidária compaixão, o resgate da identidade humana de filhos de Deus, massacrada por sofrimentos físicos, psíquicos e morais.

As quase duas dezenas de enfermidades mencionadas nos Evangelhos de Marcos, Lucas e Matheus e provavelmente os milhares de pessoas acometidas pelas doenças mais comuns à época, presenciam uma nova terapia e principalmente um novo terapeuta, distintos tanto da medicina oficial grega dos Templos de Esculápio **(18),** quanto das atividades mágicas exercidas por outros profissionais – os curandeiros populares daquele tempo. Essa nova terapia e seu poder de cura estão diretamente ligados a uma relação nova para com o enfermo, que o biblista (Antônio Pagola) assim caracteriza:

***O que é decisivo é o encontro com o curador. A terapia que Jesus põe em funcionamento é sua própria pessoa, seu amor apaixonado à vida, sua acolhida afetuosa a cada enfermo ou enferma, sua força para regenerar a pessoa a partir de suas raízes, sua capacidade de transmitir sua fé na bondade de Deus. Seu poder de despertar energias desconhecidas no ser humano criava as condições que tornavam possível a recuperação da saúde.*** Cf. Pagola, A. (2013) p. 203.

Em suma, desperta-se no enfermo, pela recuperação daquilo que nós chamamos hoje de autoestima, a possibilidade de sentir-se amado e de acreditar que há um Deus da vida a quem apelar. Essa conjunção da compaixão do terapeuta com o redespertar da fé das pessoas enfermas é a fonte primordial da cura nessa abordagem teológica do ‘curador da vida’. E como tal, este caminho foi trilhado pelos discípulos de Jesus de sua época, no trato das muitas enfermidades pessoais e sociais, como também pode ser seguido nos tempos históricos contemporâneos.

Observe-se que o enfoque teológico dos milagres de Jesus nada tem as ver com os procedimentos mágicos, muito comuns à época, como ainda hoje, dos curandeiros, que mediante ritos específicos, apelos espirituais, palavras chave e gestos especiais etc exercem um outro tipo de medicina, exclusiva de um grupo de pessoas dotado de certas habilidades psicológicas e espirituais (dons e carismas da cura).

Diferentemente, a terapia de Jesus, muito bem sintetizada na citada passagem de Antônio Pagola, é de outra natureza, sem nenhum demérito aos curandeiros legítimos. Percorre necessariamente uma relação interpessoal ou intersubjetiva ética e se realiza na integralidade da pessoa física, psíquica e espiritual, sem segmentações. Na verdade, a própria abordagem da enfermidade provocada pela desintegração psicológica e social do ser humano, explicitamente nos casos de esquizofrenia, histeria, epilepsia; ou nos estados alterados de consciência, como se os definem modernamente, encontrará um terapeuta – ver os casos muitos frequentes dos ‘endemoniados’, especialmente o de Géresa (Mc. 4,1-2). Os espíritos que o atormentavam, no caso, se identificam como Legião, possível referência simbólica à opressão romana, como também da multiplicidade de fatores provocativos de sua enfermidade e isolamento. A cura de Jesus, no caso, conta com recomendação posterior ao antigo enfermo, de partilhar em família o próprio processo curativo.

Muitas outras enfermidades – cegos, surdos, mudos, deficientes físicos, portadores de doenças de pele, definidos à época como leprosos, todos sujeitos ao anátema de ‘impuros’ ou de exclusão explicita da preferência religiosa, segundo os Estatutos dos Essênios de Qumram **(19)** passaram pela terapia de Jesus.

Finalmente, as determinações sociais das enfermidades, dentro de uma hermenêutica bíblica hoje amplamente aceita, estão associadas fortemente às opressões praticadas pelas dominações - política, religiosa e sanitária exercidas pelo Templo, pelo poder romano colonizador e pelo governo interno (Tetrarquia), cujos processos de tirania social conspiravam contra a condição humana saudável.

**IV – Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas**

1. **Considerações Preliminares**

Partindo-se da ‘Narrativa Evangélica’ do capítulo anterior, o diálogo ou confronto de éticas econômicas tão distintas, quanto o são os textos evangélicos comparados aos princípios utilitários da economia real contemporânea, solicitam esclarecimento preliminar.

Precisamos situar nossa reflexão no campo próprio da Mensagem que nos convida ao Encontro da ‘Economia de Francisco’, buscando o diálogo com a economia humana contemporânea, sem, contudo, desconhecer a prevalência de campos de obscuridade na economia contemporânea, que não dialogam com os critérios da "Narrativa Evangélica’.

A pergunta que de certa forma nos está desafiando é pragmática e também complexa, a ponto de nos exigir todo um capítulo analítico: como podemos refletir e agir, seguindo as inspirações da ‘Narrativa Evangélica”, interagindo no campo de uma economia real impregnada por valores e práticas éticas substancialmente distintos?

Essa questão nos demarca o campo da comparação-confrontação das éticas econômicas, tanto no plano privado, quanto público. E aqui precisamos advertir, que estamos na contracorrente de alguns mitos da modernidade, como sejam o da separação das esferas da economia e da religião, da própria ética clássica e da economia e dos espaços público e privado. Essas segregações ‘a priori’ não ajudam às finalidades e inspirações mais gerais deste Encontro.

Por seu turno, os conceitos de ética geral e ética econômica necessariamente implicados neste Capítulo, merecem breve explicitação, que de certa forma nos encaminhem para o foco temático, sem ambiguidades.

A conceito da Ética filosófica está referido ao estudo das motivações do agir humano no sentido dos fins que movem as pessoas a praticarem ações, guiadas pela razão, pelo costume ou pelo hábito, mas sempre procurando finalidades do bem ou da virtude. Como tal é suficientemente amplo, pode-se aplicar a ambientes históricos e culturais completamente distintos, desde à comunidade tribal à sociedade pós-moderna do Século XXI.

Por sua vez, Ética Econômica, pela adjetivação, sofre de dupla objeção, que precisamos declarar para enfrentar a questão no contexto da comparação com a “Narrativa Evangélica”.

Nos tempos históricos de Jesus de Nazaré, inexiste a economia como disciplina distinta e autônoma, como na modernidade, capaz de interagir em pé de igualdade com o Estado-Império e a Religião. As relações econômicas são sempre subsidiárias, enquanto as normas imperiais e religiosas vigentes configuram todo o espaço ético da sociedade e da economia. Daí que, o agir econômico de modo diverso da norma religiosa e imperial vigentes, tenciona legalidades vigentes, como o foi o testemunho de Jesus em determinadas situações críticas.

Outro polo da questão em apreço situa-se na modernidade, quando a economia já na era da Primeira Revolução Industrial (final do Sec. XVII), se propõe como ciência particular, apartada da Ética clássica, com pretensão de construir um espaço próprio para a ação econômica, movida exclusivamente pelo valor-utilidade. Princípios e ‘praxis’ dessa economia moderna, vistos em perspectiva histórica, formulam uma ética econômica própria do sistema econômico capitalista, de consequências sociais e políticas fortemente problemáticas às necessidades humanas e da proteção social contra riscos incapacitantes ao trabalho, conceitos que estão excluídos dos princípios do valor utilidade.

Por último, precisamos considerar que a economia real do Sec. XXI, conquanto se guie fundamentalmente pelos princípios hedonísticos e utilitários da ganancia econômica, formulados pela Economia Política dos fundadores, sofre também pressões sociais e políticas, tendo em vista proteger os seres humanos contra os tentáculos dos mercados autossuficientes **(20),** de sorte a erigir instituições próprias de um chamado Estado do Bem-Estar Social, principalmente depois da II Guerra mundial.

Mas o núcleo utilitário da ética econômica dos mercados funciona com força redobrada desde final do século passado ao presente, restaurando a hegemonia neoliberal e demolindo estruturas de uma Economia Social, necessariamente dependente de fundos públicos.

Há, portanto, um quadro histórico concreto de disputa de valores e hegemonias éticas no campo da política, para os quais precisamos nos situar e habilitar, tendo em vista conceber respostas inspiradas à “Economia de Francisco’, que é o objetivo do Encontro de Assis.

1. **As Convergências de Éticas Econômicas e o Problema Prático**

Pelo que foi exposto no Capítulo III, é possível deduzir um conjunto de princípios éticos plenamente válidos a dialogar com vários ramos da economia contemporânea, que tratam de questões como proteção social, atendimento de necessidades básicas, resgate de capacidades humanas e produção ecológica. Essas diversas demandas, para efeitos de síntese, denomina-las-ia- de Economia Humana-, distinta da economia utilitária convencional conforme análise em sequência.

Pensando o lado das convergências, há evidentes motivações éticas comuns nos modernos sistemas de proteção social do Estado do Bem-Estar, que inspirados no chamado Relatório Beveridge de1942 **(21)** e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ainda dos anos da década do 5O do século passado, instituíram as normas e políticas da seguridade social, principalmente na Europa Ocidental, em contexto de disputa ideológica com a Europa do socialismo real.

Em grande medida, essa convergência ética fundamenta-se na construção de sistemas de direitos sociais em sociedades democráticas, onde o consenso ideológico em torno da repartição tributária mais igualitária em favor dos mais pobres prevaleceu hegemônica.

Isto, contudo, nunca foi um fenômeno geral, com tendência à universalização nos marcos das economias capitalistas. E muito ao contrário, os processos de mundialização do sistema econômico, conduzidos principalmente pela órbita financeira, perseguem, por diferentes caminhos, a mitigação ou mesmo extinção dos aparatos da Seguridade Social.

Por outro lado, é preciso ler as inspirações de ética econômica dos Evangelhos dentro de um contexto ético-pragmático, algo distinto do Estado do Bem-Estar, ainda que não antinômico.

O Estado do Bem-Estar reconhece direitos econômicos às pessoas em situações de necessidades ou riscos sociais – motivos previdenciários ou riscos incapacitantes ao trabalho, atendimentos de saúde, assistência social e educação básica-, a quem presta serviços ou paga benefícios monetários justificados pela condição de direito. Esse fluxo econômico, que é imprescindível à condição social dos desprotegidos em nossas sociedades, opera-se dentro de um sistema redistributivo, onde o conjunto da sociedade, mediante pagamento de tributos é corresponsável política e economicamente pela manutenção dessa economia e dos seus serviços. Prestação de serviços sociais e pagamento de benefícios monetários constituem uma ‘praxis’ aditiva à economia dos mercados, sem, contudo, implicar em transformações necessárias, seja do sistema econômico, seja das relações interpessoais dos prestadores de serviço.

Por sua vez, a práxis solidária da ética econômica dos Evangelhos passa necessariamente pela relação intersubjetiva com o outro desprotegido, doente, e necessitado, sendo o fluxo de bens e serviços do atendimento, um momento de transformação recíproca e não apenas uma relação burocrática e assistencial profissionalizada

Mas é óbvio que no Estado Social a ‘praxis’ solidária dos Evangelhos é muito mais vizinha e próxima, comparada a situações de completo abandono dos necessitados, como o eram os pobres dos tempos de Jesus; e na modernidade o são as sociedades fechadas no individualismo utilitário.

De outra perspectiva, a economia ecológica contemporânea é campo fecundo de diálogo com as inspirações da ‘Narrativa Evangélica’. Provavelmente a falta de respeito para com “ a gratuidade dos ritmos do tempo, da produtividade autônoma da natureza e dos seus serviços ambientais” (ver seção A4.1), fizeram o homem semeador da economia real refém de consequências climáticas planetárias altamente problemáticas, que o tornam na atualidade mais atento para uma economia ecológica.

Mas a economia ecológica é ainda residual e contracorrente da economia real contemporânea. E como bem destaca a Encíclica ‘Laudato Si no seu Capítulo III, há uma raiz humana na crise ecológica e esta se radica nos determinismos tecnológicos da economia real contemporânea, dos quais não é possível libertar a humanidade, sem transformação profunda no seu agir ecológico.

A fundamentação ético-econômica, seja da economia do Estado do Bem-Estar, seja da economia ecológica são temas de pouca dedicação dos economistas profissionais, infelizmente. Mas há uma rara e notável exceção – o economista e filósofo Amartya Sen, que tratou com grande propriedade dessas questões nos livros Ética e Economia **(22)** e ‘Desenvolvimento como Liberdade’ **(23),** este último uma espécie de fundamentação teórica da Economia Humana dos tempos modernos.

Do exposto, depreendem-se questões éticas relevantes na relação social e ecológica da economia capitalista contemporânea com a “Narrativa Evangélica’, que precisamos discernir com maior profundidade – tema específico da próxima seção.

1. **O Legado da ‘Ética Econômica’ da Economia Clássica e Suas Consequências Atuais**

A fundação da Economia como ciência moderna se dá nos marcos de várias transformações culturais, sociais e econômicas que da Europa se desencadearam para o mundo a partir do Sec. XVIII – o Iluminismo, a Revolução Industrial, a Filosofia Empirista e suas interconexões**,** que condensam um campo de rupturas econômicas e ideológicas com a antigo sistema feudal, por um lado, e por outro com a ética clássica; no contexto das quais nasce a economia moderna**.**

A filosofia empírica de David Hume (1711/1756), precedida pelas formulações ético-utilitárias de caráter econômico do Conde Bernard de Mandeville (1670-1733), realizam uma ruptura radical com a Ética da filosofia grega. Ao contrário, para seguir o poema síntese de Bernard de Mandeville (“Fábula das Abelhas”) - são os vícios privados que promovem os benefícios públicos; e não as virtudes humanas.

Para David Hume, a descoberta da verdade filosófica e o agir humano se distinguem. Enquanto a primeira ‘descobre verdades, mas na medida em que as verdades descobertas pela razão não provocam desejos, nem aversão, é óbvio que não podem influenciar o comportamento humano’ (cf. interpretação de Fábio C. Comparato in ‘Ética, Moral e Religião no Mundo’ – op.cit p. 78).

A ética empirista-utilitária será formulada como princípio unificador dos espaços público-privado por Bernard de Mandeville, sendo o núcleo dessa unificação a combinação do auto interesse individual ilimitado pelo ganho econômico, impelindo a ação dos agentes econômicos, com que arrastariam mercados múltiplos a se mobilizarem, conduzidos por mão “mão invisível’. Fica dispensado deste contexto, toda consideração da ética da virtude e do bem comum. Mas afirmando o contrário – são os vícios – a desonestidade, a avareza, inveja e vaidade; e tudo quanto seja vicioso no comportamento humano, desde que susceptível a fazer ganancia econômica –como fonte da riqueza geral.

Essa formulação, excluídas as derivações éticas escandalosas, mas não seu núcleo teórico, ficará explícita na teoria utilitária da “...Riqueza das Nações...” de Adam Smith com a ideia do auto interesse individual ou do egoísmo comportamental impulsionando a troca de bens **e** serviços, sendo esta ‘propensão natural à troca’, conduzida por uma mão invisível do mercado, realizadora do bem comum e da riqueza das nações:

*Não é por generosidade que o homem do tacho, quem faz a cerveja, ou o padeiro nos fornecem os alimentos: fazem-no no seu próprio interesse. Não nos dirigimos ao seu espírito humanitário, mas sim ao seu amor próprio. Nunca lhe falamos das nossas necessidades, mas dos seus próprios interesses* (ver Adam Smith in ‘...Riqueza das Nações...’ op. cit p. 14)

A ideia utilitária liga toda uma corrente de precursores da Filosofia empírica e fundadores da economia moderna – Bernard de Mandeville, David Hume, Adam Smith e David Ricardo, dentre outros. Essa associação de empiristas e economistas se expressa pela combinação da ética do interesse próprio, impelida por paixões, preferências e desejos de renda e riqueza, por um lado, associados, por outro, ao progresso técnico – espécie de aliança ajustada para promover a riqueza nacional, posteriormente estilizada na linguagem do desenvolvimento econômico.

A ideia do progresso técnico como espécie de pedra angular da época da Revolução Industrial já está em Adam Smith, que destaca o princípio da divisão do trabalho como inovação fundamental a incrementar a produtividade do trabalho, quando se transita da produção artesanal para à produção manufatureira **(24)**. Irá influenciar decisivamente todas as correntes de pensamento econômico dos séculos XIX e XX – Clássicos, Marxistas, Neo-clássicos, Schumpeterianos, keynesianos etc.

Sobre esta base do utilitarismo individual e do progresso técnico, sob a direção de uma classe de empreendedores capitalistas, erige-se um sistema econômico planetário, simultaneamente ultra eficiente e eficaz à produção de mercadorias e serviços mercantis, sem paralelo na história da humanidade; mas desigual na repartição dos frutos desse progresso material e também predatório do ponto de vista da relação com a natureza.

Coube a geração dos anos 30-40 do século passado colocar a problemática da desigualdade na agenda política, de permeio com as pressões contestatórias do socialismo. Mas o sistema no pós-guerra absorveu a crítica keynesiana sobre o desemprego cíclico e sobre a necessidade de intervir na distribuição da renda, dada a endógena tendência do sistema por desigualdade na distribuição dos rendimentos.

À geração do Seculo XXI cabe um problema mais complexo: o aprofundamento da desigualdade econômica, com os sucessivos ataques à economia do Estado do Bem-estar; e a manifestação explícita de um problema ecológico planetário, desafiando o paradigma do progresso técnico.

1. **Pistas às Respostas Sinalizadoras**

Do exposto nas seções precedentes, tomando por referencial o legado ético da ‘Narrativa Evangélica’, alguns temas se nos apresentam significativos para efeito do repensar a economia real; anda mais no contexto de crises sucessivas e cada vez mais profundas com que se depara a economia real neste século.

Vamos recorrer, de forma breve, a cinco temas-problema, que nos permitam de alguma maneira fazer a ponte daquilo que se tratou nos capítulos precedentes, com o ensino social da Igreja dos anos mais recentes, tudo confluindo para o eixo temático deste artigo.

4.1 A **Questão Ecológica**

Parece ser o tema mais amplamente consensual e ao mesmo tempo de difícil equacionamento imediato. A abordagem da Encíclica *Laudato Si* é fértil em recuperar as inspirações de Francisco de Assis, de sua relação mística com a natureza, fazendo ao mesmo tempo uma crítica consistente ao determinismo tecnológico e econômico, que de certa forma unifica quase todas as escolas de pensamento econômico em torno do progresso técnico.

*Laudato Si* e *Caritas in Veritate*, respectivamente dos Papas Francisco e Bento XVI fazem uma crítica profunda à ética utilitária.

Por sua vez, a ideias contidas na “Narrativa Evangélica’ – Parábolas da relação homem-natureza (ver Cap. III-A4)-, são pertinentes e inspiradoras a uma ecologia integral, nos termos em que propõe a Laudato Si.

4.2- **Idolatria do Dinheiro**

O tema é tratado na ‘Narrativa...’ - em ambiente de ruptura de Jesus com os administradores do Templo (Cap. III.C). O Ensino social da Igreja é explícito sobre ele na Carta Encíclica *Evangelli Gaudium* (Papa Francisco – 2013) e de forma indireta em outro documento mais recente do Vaticano – *Economicae et Pecuniariae Questiones (*2018). Aqui se faz a crítica contemporânea específica da especulação financeira global, questão já abordada anteriormente na *Envangelli Gaudium* no contexto da idolatria do dinheiro, tema muito relevante, explorado ainda nos anos 80 do século passado pela teologia da libertação latino-americana **(25)**

4.3 – **A Questão do Endividamento Público Crescente e das Desigualdades de Renda e Riqueza**

O tema das dívidas econômicas e de sua lógica sacrificial invadindo a vida social, já era muito relevante à época de Jesus. Essa lógica, como o reconhece a oração do Pai Nosso, pela ligação ao ‘pão nosso de cada dia’, é inseparável da repactuação/reestruturação ou perdão das dívidas insuportáveis, que por sua vez também clamam por reciprocidade (Parábola do Devedor/Credor Implacável).

No mundo contemporâneo há evidência do crescimento acentuado da Dívida Pública Mundial, ‘ pari-passu’ a situações nacionais insustentáveis, conduzidas de forma estritamente sacrificial, pelas políticas econômicas da corrente hegemônica da economia global, com consequências previsíveis do aprofundamento das desigualdades sociais. O tema é tratado in *Econimicae et Pecuniariae Questiones.* Está no centro do debate da ética e economia, mas aparece invertido na abordagem convencional, sacralizada pela idolatria às demandas do sistema financeiro.

4.4 – **Trinômio – Necessidades Básicas, Proteção Social e Resgate de Capacidades**

Esse trinômio está no centro da ética econômica da economia humana, segundo o economista já citado –Amartya Sem, bem como da chamada teoria da “justiça-distributiva” **(26).**

Há notórias sintonias dessas formulações com o pensamento e a ‘praxis’ revelada pelos Evangelhos em praticamente todas as falas e gestos de Jesus. Em particular, a tese do “Desenvolvimento como Liberdade”, que privilegia o resgate de capacidades humanas das privações sociais que as embotam de se expressar; é um campo muito fértil de diálogo teológico, na linha dos dons e carismas pessoais

Contraditoriamente, o eixo da ética econômica clássica, recuperada pelos neoliberais contemporâneos, na linha da autossuficiência dos mercados, conspira explicitamente contra a inclusão destes temas nas prioridades do Estado Social. O argumento de ética econômica invertida, expressa-se na linha do economista alemão F.A. Hayek (2010) **(27)**, que nega explicitamente o conceito de direito social, classificando a tributação dos mais ricos para atender os mais pobres do Estado Social, como apropriação indevida, ao invés de justiça distributiva. Este é o argumento tácito ou explícito daqueles que tanto no Brasil atual, quanto no mundo, manipulam as teses e políticas de retirada do Estado da proteção social, indiferentes às consequências sociais.

4.5. – **Uma Questão Pragmática e Existencial: A Mudança de Mentalidade Pessoal e Cultural**

Finalmente, é necessário resgatar da ‘Narrativa Evangélica’, algo que transcende à economia humana convencional e lhe imprime um caráter teológico especial: o testemunho pragmático da prestação de serviço ao outro necessitado, impregnado por uma mentalidade de serviço transformador, nada hedonista-utilitária. Essa transformação se dá em relações interpessoais e também políticas, que lidam com os desprotegidos da sociedade; mas sobretudos realizam uma dupla libertação: do desvalido que encontra no amor do próximo a ponte que lhe faltava para acessar a graça de Deus; e do próprio prestador de serviço que se liberta do narcisismo da ética utilitária, para ingressar também no campo da graça de Deus.

Toda “Narrativa Evangélica’ está impregnada dessa pragmática existencial, que se expressa objetivamente nos espaços sociais do estado de necessidade; e que sobretudo se manifesta em relações intersubjetivas, por envolver relações interpessoais imitativas dos gestos de Jesus.

Finalmente, em se tratando de uma iniciativa ecumênica, precisamos reconhecer, que mesmo os não cristãos ou adeptos de qualquer religião, desde que abertos às questões fundamentais da economia humana e ecológica aqui referidas explicitamente, são também parte integrante à mudança pragmática e existencial no sentido da ética do valor serviço aos necessitados.

**5 – CONCLUSÕES FINAIS**

O desafio desta seção é exigente em duas dimensões: a) articular sinteticamente o conjunto de fundamentações ético teológicas à economia humana; e b) revelar de que forma os fundamentos ético-teológicos desvendados podem ser contextualizados à situação histórica concreta da vida contemporânea. Essa contextualização atende a “Mensagem da Economia de Francisco”, centrando-se especialmente na recuperação das inspirações ético-teológicas pertinentes e na crítica ao modelo idolátrico da economia real.

O ponto de partida, como de resto fica claro na ‘Introdução’, é a Mensagem convocatória do evento intitulado “Economia de Francisco”, coerente e corajosa iniciativa do Papa Francisco, que convida economistas e empresários ao estudo e à prática de uma nova economia – .*..que faz viver e não mata, inclui e não exclui... para mudar a atual economia e dar alma a economia de amanhã.*

Os passos seguintes do texto, capítulos 2 e 3, dedicam-se à fundamentação ético-teológica de uma economia humana nos textos bíblicos, com especial destaque aos evangelhos sinóticos. Aqui se recupera narrativamente falas e atos de Jesus histórico sobre a economia do seu tempo, desvendando questões ético econômicas intertemporais, a exemplo do tratamento das dívidas, do valor do serviço ao necessitado, da proteção social aos excluídos, da relação homem-natureza, da cura das muitas enfermidades humanas etc., condições que no agir concreto de Jesus são inseparáveis da missão dos seus discípulos de todos os tempos.

O último capítulo deste texto trata do diálogo e do confronto de éticas econômicas na modernidade, seja com relação ao legado da ética econômica dos Evangelhos, seja com a própria Ética filosófica clássica. Esses legados são substituídos na modernidade por uma ética econômica particular – a do individualismo utilitário, associado ao progresso técnico, condição de possibilidade a uma nascente economia política com pretensão de autossuficiência e referência exclusiva aos sinais dos mercados.

Por sua vez, a história econômica e social, principalmente do Século XX, revela ações e reações de toda natureza, em contraposição a essa pretensão de autossuficiência dos mercados, com recorrência a revoluções e reformas no mundo do trabalho, de que ora temos como reminiscências – as experiências do socialismo real e do Estado do Bem-Estar, ambas sob declínio ou ataque ostensivo desde final do Sec. XX; perante grave recrudescimento das tendências mais radicais do neoliberalismo dos mercados autossuficientes.

No momento histórico do tempo presente, as questões cruciais da economia contemporânea, principalmente sua visceral vinculação à economia monetário-financeira, estão bem diagnosticadas no mais recente documento do Vaticano sobre o tema – *Economicae et Pecuniariae Questiones* **(28).** Mas neste mesmo documento denuncia-se o protagonismo do sistema financeiro desregulado na promoção de desvios éticos de toda sorte, a exemplo da finança tolerada nos ‘paraísos fiscais’, da economia financeiro de ‘derivativos’ ao estilo cassino, da sonegação fiscal com ampla lavagem de dinheiro da criminalidade global etc. Tais recursos explicam em grande medida as crises econômico- financeiras recorrentes, principalmente a de 2008, cujas ondas secundárias e terciárias se fazem sentir até o presente.

Por outro lado, o próprio tratamento das crises financeiras e os modos e formas de enfrenta-las no pensamento da sociedade, clamam por formulação ético-teológica consistente, capaz de dialogar com as muitas iniciativas sociais de construção de economia humana e ecológica; mas igualmente potente para denunciar a perversão ético-teológica da idolatria do dinheiro e de suas consequências amplamente destrutivas da vida digna. Papa Francisco, que já tratara do tema nesta linha (ver Evangelii Gaudium – ns. 55 a 59), dá um passo profético mais significativo na Mensagem da Economia de Francisco.

Por seu turno, reconstruir um sistema econômico é empreendimento de gerações, no qual o evento de Assis é provavelmente momento imprescindível da boa semeadura de sementes destinadas a vários futuros. Mas o bom semeador precisa de discernimento prévio à preparação dos campos e da escolha dos terrenos e das sementes apropriados, para que é necessário realizar o esclarecimento ético

Isto fica claro no confronto de éticas econômicas do Capítulo IV, mostrando que temos aí uma raiz maligna, de uma árvore ainda viva e muito enraizada na mentalidade moderna, que, contudo, produz frutos que matam e excluem. Haverá o tempo oportuno de sua erradicação. Mas o que não se pode fazer no imediato é semear e cultivar dessas sementes malignas; se quisermos efetivamente reconstruir a economia do futuro na linha de uma ecologia integral.

O que se depreende do conjunto do texto, fazendo o cotejo da narrativa bíblica com as éticas econômicas da modernidade, é que estamos de fato em momento histórico de impasse ético civilizatório; e que a economia, na sua vertente dominante, é fonte permanente desta crise estrutural.

Por sua vez, há na história do presente, um exemplo muito peculiar do utilitarismo ilimitado - a idolatria do dinheiro em bases de um sistema financeiro ilimitado, que conspira contra as necessidades humanas básicas e de proteção social e bem assim à proteção da natureza.

Questões essencialmente econômicas de fundo teológico, com o são as relações das dívidas com o usufruto da vida, e do trabalho e do emprego; ficam subordinadas aos humores da especulação financeira estrutural do sistema.

Todas essas questões levantadas evidenciam o quão oportuno é este evento de Assis, que certamente suscitará muitos outros, em prosseguimento da tarefa de grande envergadura aqui formalmente semeada.

Mudar a economia, conferindo à economia do futuro o perfil de Francisco de Assis, certamente irá nos chamar a um diálogo mais fecundo com a economia humana contemporânea, com ênfase especial na cultura de uma ecologia integral, nos seus diferentes níveis – pessoal, social e ambiental. O caráter ecumênico dessa ecologia implica em apelos espirituais à plenitude da vida, inteligíveis em múltiplas dimensões culturais do mundo moderno.

Muitas pistas ficam em aberto a partir da ‘narrativa evangélica’ deste texto, que são plenamente aplicáveis ao mundo contemporâneo, sempre articulando os espaços público e privado com vista a equacionar problemas evidentes:

- das relações de trabalho em uma economia de tendência à precarização;

- das relações da economia com a natureza face à superexploração das ‘commodities’;

- do tratamento das dívidas públicas e privadas face a especulação financeira;

- da dinâmica de transformação de escassez em saciedade e morbidez em saúde, na contra-

corrente da ‘economia que mata’ os aparatos de saúde pública e proteção social.

Finalmente, o que se pode concluir da iniciativa ora proposta, é um chamamento grave à mudança de mentalidade cultural, de sorte a devolver à economia a condição de provisão de meios necessários à vida humana, invertendo a tendência de finalidade em si própria, ou do equivalente – a pretensão da autossuficiência dos mercados, que se arrogam com direitos à autorregularão estrita e infensos às normatividades que lhes sejam externas.

**NOTAS REFERENCIAIS**

1. – Para uma preliminar e parcial abordagem ético-teológica da economia contemporânea, com explícita referência ao documento do Vaticano (2018)

- “Economicae et Pecuniariae Questiones”, op.cit. -ver de Roberto Marinucci e Guilherme C. Delgado – “A Idolatria do Dinheiro e a Vida Humana...”(2018) - op. cit.

1. A palavra grega ‘ethos’ no contexto utilizado, significa – campo dos hábitos e costumes, que estabelece normas do agir humano à comunidade.
2. Cf. Julien Ries (2017) – op. cit. “O Sagrado na História Religiosa da Humanidade’ – p. 281.
3. Utiliza-se no presente contexto, o conceito de ética no sentido da fé, que transcende a ética racional da filosofia grega. Essa é uma abordagem similar à que desenvolve o teólogo Edward Schillebeeckx (1994) op. cit. p. 51/55.
4. Ver Anexo Metodológico
5. A citação de Isaias que Jesus lê na Sinagoga de Nazaré (Lc. 4,18-19) é a seguinte: *O espirito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres, enviou-me para proclamar a libertação dos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.*

O ano de graça do Senhor tem na tradição do Levítico (cap. 25) correspondência ao ano Jubileu (Lev. 25,8), com regras específicas sobre o pousio dos campos, perdão das dívidas e libertação dos escravos, a intervalos temporais pré-estabelecidos (de sete em sete anos). Estas regras, contudo, a pesquisa histórica não revela sua observância no mundo judaico sacerdotal, no sentido da regular aplicação.

1. A diferenciação dos conceitos de ortodoxia e ortopraxia ou ortopraxis no contexto da ‘Narrativa Estruturada...’ deste capítulo terceiro, tem a ver com a preferência de Jesus pelas situações concretas, para a partir delas expressar seus juízos éticos, coerentes com a misericórdia em primeiro lugar e não com a legalidade ‘a priori’ das normas religiosas do seu tempo.
2. ‘Ganhar a vida’ no sentido utilitário moderno destaca a prevalência dos princípios do auto interesse individual sobre toda outra forma de conduta, considerada por definição – menos eficiente que o agir utilitário.
3. ‘Economia da Salvação’ no sentido conceitual que o emprega a Constituição Dogmática ‘Dei Verbum’, está relacionada à ação de Deus na história humana, administrada pela(s) Igreja(s), para o caso dos cristãos. Tal conceito, aplica-se por analogia a outros contextos de expressão do sagrado na comunidade humana. Este conceito teológico-eclesiológico é distinto do que estamos empregando à economia humana neste texto, sem ser contraditório à economia da salvação.
4. No livro de José A. Pagola (2013) – “Jesus – Aproximação Histórica” op. cit. – p. 45; o autor faz uma estimativa aproximada da carga tributária incidente sobre os camponeses – principal fonte de extração tributária de Israel à época de Jesus, somando os tributos ao Império, aos governos locais da Tetrarquia e ao Templo. A soma dessas obrigações, juntamente com a extorsão praticada pelos cobradores de impostos, estima o autor citado, como sendo da ordem de um terço à metade da produção total desses camponeses.
5. A parte “C” da “Narrativa Estruturada...”, sobre o “Agir Explícito e Transformador de Jesus”, que inclui os milagres, é toda ela do período pré-pascal, portanto da experiência histórica de Jesus. A referência de passagem à Ressurreição e sua ligação às curas e transformações que Jesus realizara no período pré-pascal, está apoiada na conceituação teológica da Ressurreição, segundo Karl Rahner (1989) - op. cit. p. 330/332, que liga a Ressurreição à pessoa de Jesus, portanto condição que já é presente antes de sua morte biológica.
6. As oito narrativas citadas sobre os milagres de multiplicação de pães e peixes são as seguintes: a) Evangelho de Mateus – (14, 13-21); (15,32-38) e (16,50); b) Evangelho de Marcos – (6,35-44); (8,1-9) e (8,18-21); c) Evangelho de Lucas – (9,10-17); d) Evangelho

de João – (6,5-15).

1. O acréscimo de bens distribuídos com a participação de pessoas ali presentes, reunidas em grupos menores de até 50 pessoas; é não apenas provável, como também

induzido pelo gesto de Jesus. Isto porque o milagre suscita a adesão de muitos, dentre os presentes, a exemplo daquele indivíduo localizado próximo ao grupo dos apóstolos, que havia trazido cinco pães e três peixes, prudentemente, para atender suas próprias necessidades.

1. Para fundamentação do princípio da divisão de trabalho e seu papel na elevação da

produtividade econômica – ver capítulos de 1 a 3, de Smith, Adam (1994) op. cit.

1. Mateus, dentre os evangelistas sinóticos, é aquele que relata com maior frequência e diversidade os milagres de cura aos enfermos – 16 casos, a maioria dos quais nos capítulos 8 e 9. Por sua vez. Marcos e Lucas relatam 13 e 14 milagres de cura cada um respectivamente. (Ver Anexo Metodológico).
2. Para uma interpretação atual dos milagres de cura e principalmente ao seguimento contemporâneo das pastorais da saúde das Igrejas cristãs – ver José A. Pagola (2015), op. cit.
3. O capítulo 9 do livro “Ide e Curai...”, de José A. Pagola (2015) trata especificamente da atuação de Jesus no mundo da saúde mental e aborda em profundidade os dois momentos citados – ‘o do ato imediato da cura’ e ‘o processo curativo continuado’, tomando a situação de pessoa acometida por grave processo de desintegração da personalidade – no caso de Gérasa-, citado in - ( Mc. 5, 1-20); (Mt. 8,28-34) e (Lc. 8,26-39).
4. À época de Jesus praticava-se a medicina oficial grega nos Templos de Esculápio, geralmente para pessoas de mais alto ‘status’ social; enquanto a medicina popular era atendida pelos curandeiros. A religião oficial, centralizada no Tempo de Jerusalém, exercia papel regulador das funções sanitárias mediante normas e interdições draconianas aos doentes, considerados ‘impuros’.
5. A Regra da Comunidade de Qumram (essênios) é taxativa: a fraternidade (de Qumram) não pode atender: “.., os néscios, os insensatos, os loucos, os idiotas, os cegos, os inválidos, os coxos e os surdos”. Cf. Pagola, J.A (2015) p. 22, op. cit.
6. No livro “A Grande Transformação...” de Polanyi, Karl (2000 -) op. cit., o tema da autoproteção social é exaustivamente analisado (Par II), para o período histórico dos primórdios do capitalismo na Inglaterra da 1ª Revolução Industrial,
7. O Relatório Beveridge, de 1942, apresentado ao Parlamento Britânico em plena II Guerra Mundial, é peça essencial daquilo que viria a ser no pós-guerra uma espécie de modelo de proteção social na Europa Ocidental, com influências para todo o mundo, até pelo menos final dos anos 70 do Sec. XX. Desde então, a partir da Inglaterra se propagam influências contrárias – de desmontagem do Estado do Bem-Estar Social.
8. “Sobre Ética e Economia” – Sen, Amartya (2012) – op. cit.
9. Sen, A (2010)- “Desenvolvimento como Liberdade (2010) – op. cit.
10. O capítulo primeiro do livro clássico de Adam Smith (‘A Riqueza das Nações...’ op. cit), trata especificamente ‘Da Divisão de Trabalho’, ideia central do progresso técnico como mola propulsora da elevação sistemática da produtividade do trabalho, na transição de uma economia de base artesanal para uma nascente economia manufatureira.
11. Para uma síntese datada (1980) da teologia latino-americana sobre a idolatria do dinheiro ver Richard, Pablo (Org.) - 1980 – “La Lucha de los dioses – la lucha de la opresión y la busqueda del Dios Libertador” – op. cit.
12. O conceito de justiça distributiva, na acepção do direito, é explicitado por Norberto Bobbio (2003) - op. cit.. Sinteticamente, segundo este autor, consiste em ‘tratar desigualmente os desiguais para promover a igualdade”.
13. Ver F.A. Hayek (2010) – op. cit.
14. - Ver – Vaticano (2018) - “Economicae et Pecuniariae Questiones”, op.cit

**BIBLIOGRAFIA CITADA**

Bobbio, Norberto (2003) – in Santillan F. (Org. 2003)) – ***Norberto Bobbio: o Filósofo e a Política –antologia –*** Rio de Janeiro: Contraponto Editorial; 2003.

Congregação para Doutrina da Fé e Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (Vaticano 2018 ) – ***Economicae et Pecuniarie Questiones –*Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico financeiro**. Vaticano - 2018 (disponpivel na internet)

Delgado, G. e Marinucci, R. (2018) – A Idolatria do Dinheiro e a Vida Humana. In ***Espaços – Revista de Teologia e Cultura;*** 26/2***.*** São Paulo: ITESP, 2018, pp. 167/184***.***

Hayek, F.A. (2010) - ***O Caminho da Servidão*** – São Paulo: Instituto Ludwig Von Misses, 2010.

IHU-Unissinos (maio de 2019 – ***Economia de Francisco (Assis, 26-28 de março de 2020) – Mensagem do Papa Francisco para o Evento –*** Internet: maio de 2019.

Pagola, José. A. (2013) – ***Jesus – Uma Aproximação Histórica –*** Petrópolis: Editora Vozes; 2013.

Pagola, José A. (2015) - ***‘Ide e Curai’ – Evangelizar o Mundo da Saúde e da Doença*** – Lisboa: Paulus Editora; 2015.

Polanyi, Karl (2000) – ***A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época –*** Rio de Janeiro: Editora Campus; 2000.

Rahner, Karl (2008) – ***Curso Fundamental da Fé*** – São Paulo: Editora Paulus - (Coleção Teologia Sistemática), 4ª Edição; 2008.

Ries, Julien (2017) – ***O Sagrado na História Religiosa da Humanidade*** – Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017.

Richard, Pablo (Org.) – 1980 – ***La lucha de los dioses – los ídolos de la opresión y la busqueda del Dios Liberador*** – San José - Costa Rica: DEI-CAV, 1980. Trabalho coletivo de dez biblistas, teólogos e cientistas sociais precursores da teologia da libertação latino-americana.

Schillebeeckx. Edward (1984) – ***História Humana: Revelação de Deus –*** São Paulo: Ed. Paulus; 1984.

Sen, Amartya (2010) – ***Desenvolvimento como Liberdade –*** São Paulo: Cia de Letras; 2010.

Sen, Amartya (2012) – ***Sobre Ética e Economia –*** São Paulo: Cia de Letras; 2012.

Smith, Adam – (1978) – ***Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.*** – São Paulo: Abril -Cultural; 1978.

Ver no Anexo Metodológico a discriminação das 162 citações bíblicas levantadas.

**ANEXO METODOLÓGICO**

O ponto de partida da metodologia para construção da ‘Narrativa Estruturada...’ do capítulo terceiro deste artigo é a recolha do material primário, a ser posteriormente articulado narrativamente. O exercício preliminar de recolhimento deste material está previamente demarcado pelo foco temático nas questões ou situações que tratam do atendimento de necessidades de subsistência humana, proteção social e atendimento de outras necessidades materiais para as quais a sociedade dos tempos de Jesus estabelece peculiares relações econômicas. Esse conjunto de questões e situações se insere no mundo da vida de então, subordinado às regras do Império e da Religião, que protagonizam as relações econômicas.

Feita esta breve explicação introdutória, busca-se primariamente recolher todo o conjunto de citações evangélicas, que de alguma forma contém narrativas sobre a economia da época, sendo protagonista no nosso caso, as falas e gestos de Jesus de Nazaré sobre estas tais relações econômicas. Essas relações econômicas – fundiárias, trabalhistas, tributárias, monetárias etc., incidem diretamente sobre as condições de vida da população e dos mais pobres em particular, daí porque entram diretamente nas preocupações de Jesus.

Isto posto, recolhe-se o material primário de uma dada fonte – os Evangelhos Sinóticos, tomando Matheus por referência inicial. A escolha da fonte primária tem a pretensão de realizar uma certa ‘pescaria’, para captura de um tipo determinado de ‘pescado’ – as falas e gestos de Jesus do período pré-pascal, o mais próximo possível do Jesus histórico.

O recolhimento do material primário a partir de Mateus, se dá autonomamente em cada um dos três evangelhos sinóticos, gerando uma massa primária de 162 citações dos três evangelhos sinóticos, 66 das quais estão presentes nos três evangelhos, 50 em dois evangelhos e 46 são citações individuais de cada evangelista, conforme discriminação em sequência. Nesta primeira abordagem utilizamos apenas o critério de seleção das situações e relações econômicas tratadas nos Evangelhos, como as falas e gestos Jesus; e por decisão prévia incluímos todos os milagres de cura; e especificamente os milagres de multiplicação de pães e peixes.

Por sua vez, o material recolhido caracteriza-se pela repetição esperada de citações quase idênticas. É também fragmentário, porque pinçado dos evangelhos sinóticos para um propósito específico – o enfoque ético de Jesus na economia humana, que nos textos originais não está sendo tematizado especificamente. Há, portanto, que proceder sua organização temática, com o cuidado de não importar questões éticas ou econômicas anacrônicas à narrativa histórica dos tempos de Jesus.

O passo seguinte consiste na classificação do material recolhido, atendendo a duplo enfoque simultâneo: a) adotar as formas de expressão o mais possível original dos próprios Evangelhos; b) apreender o sentido ético das falas, todas elas previamente identificadas como de economia humana.

O primeiro critério de classificação é mais geral e de certa forma contém o segundo. Propusemos nove categorias classificatórias das falas e gestos de Jesus, a maioria das quais explícitas nos textos originais.

Por sua vez, a partir dessas nove expressões originais é possível distinguir diferentes momentos cognitivos e comunicacionais, que a pragmática contemporânea das pastorais católicas popularizou nos verbos “Ver”, “Julgar e “Agir”.

De forma mais complexa, a filosofia da linguagem do Sec. XX com sua teoria dos atos de fala (John L. Austin e J. R. Searle) classifica as falas humanas de forma geral em locucionarias, ilocucionárias e perlocucionárias; ou de forma mais simples – sentenças constatativas e performativas. Mas para os propósitos deste texto, não é necessário complexificar a classificação, que fugiria aos objetivos do trabalho.

Feitas essas considerações preliminares, vamos enunciar as referidas nove formas de expressão originais (1,2...9), repartidas nos três momentos cognitivos: A – “Ver com Sentido Ético Teológico”; B- ‘Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico’ e C –‘Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus’.

Isto posto, as nove expressões literários dos Evangelhos inseridas nestes três momentos referidos são as seguintes: **A – 1- Orações e Meditações’, 2- Discurso Articulado (Sermão), 3- ‘Juízos de Discernimento Ético’, 4- ‘Parábolas’; B – 5- ‘Declarações e Expressões de Valor’, 6- ‘Advertências e Crítica de Princípios’ e**

**7-‘Exortações à Ação’; C – 8- ‘Atitudes Autoexplicativas’ e 9- ‘Milagres e Significação’.**

**Há uma décima classificação – “Residual’, que significa que as citações aí contidas não se enquadram em quaisquer dos nove critérios precedente.**

**Relação do Material Primário Utilizado de Cada Evangelho com Respectiva Classificação.**

**- Anotações para classificação das citações evangélicas**

**I –Orações e Meditações; II –Discurso Articulado; III-Juízos de Discernimento Ético; IV – Parábolas; V- Declarações e Expressões de Valor; VI – Advertências e Crítica de Princípios; VII – Exortações à Ação; VIII – Atitudes Autoexplicativas; IX – Milagres e Significação; X – Residual.**

**Evangelho de Mateus – Citações Exclusivas, Duplicadas ou Triplicadas nos Sinóticos**

1. **Sobre questões econômicas**

1-Tentação do Pão no Deserto” –(Mt.4,1-11) e (Lc.4, 1-12): **Mt e Lc** – ; n. I.

2-“Sermão das Bem-aventuranças” –(Mt.5,1-11) e (Lc.6, 20-26): **Mt. E Lc.-** n. II.

3- “Oração do Pai Nosso” – (Mt.6,12-13) – (Lc.11,1): **Mt e Lc -**  n. I.

1. “Verdadeiro Tesouro” – (Mt.6,19-21): **Mt.** – n. III.
2. “Deus e o Dinheiro” – (Mt.6,24) e (Lc.12, 13-21): **Mt e Lc -** n. III.
3. “Deus e os Bens Econômicos” – (Mt.6, 25-34): **Mt.**; n. III.
4. “Pérola aos Porcos” – (Mt.7,6): **Mt.-**  n. III.
5. “Eficácia da Oração” – (Mt.7,7) e (Lc.11,9-13): **Mt e Lc.-** n. I.
6. “Estreita é a porta...” – (Mt.7,13): **Mt. -** n. III
7. ‘Pelos Frutos se Reconhece Árvore” – (Mt.7,15-20): **Mt.** n. III.
8. ‘Raposas e aves têm tocas e ninhos” (Mt.8,20) e (Lc.9, 57-63): **Mt e Lc. -** n. III.
9. “Misericórdia e Não Sacrifícios’ – (Mt.9,13); (Mc. 2,15-17) e (Lc.5,31): **Mt., Mc. e Lc**- n. III.
10. “Má Combinação de Meios e Fins” – (Mt.9,16-17), (Mc.2,21-22) e (Lc.5,36): – **Mt., Mc e Lc. -** n. IV.
11. “Missão dos Apóstolos e Discípulos” – (Mt.10, 1-10), (Mc.6,7-13) e (Lc.9,1-6 e l0,1-9): **Mt., Mc e Lc**. - n. VII;
12. “Ovelhas entre Lobos” – (Mt.10,16) e (L.c.10,3): **Mt.e Lc.-** n. VII.
13. “Crítica à Ganancia” – (Mt.10,37-39); (Mc.8,36-37) e (Lc.9,13-26): **Mt.,Mc. E Lc**.- n. VI.
14. “Caridade e Recompensa” – (Mt. 10,42) e (Mc. 9,41): **Mt e Mc.-** n. VII.
15. “Missão de Messias) – (Mt.11,5-6) e (Lc. 4,18-19 e 7, 22-23): **Mt e Lc.-** n. III.
16. “Jugo suave, fardo leve” – (Mt.11,30): **Mt.-** n. V.
17. “Sábado é para o homem” (Mt.12,1-8), (Mc 2,23-17) e (Lc. 6,1-5): **Mt.,Mc. e Lc.-** n. V.
18. “Pecado contra o Espírito Santo” – (Mt.12,25-32) e (Lc.11,14-23): **Mt. E Lc -** n. VI.
19. “Parábola do Semeador” – (Mt.13, 4-9), (Mc. 4,3-9) e (Lc.8,5-7): **Mt., Mc, e Lc.:** n. IV.
20. “Explicação da Parábola do Semeador”- (Mt.13,18-23), (Mc. 4,13-20) e (Lc.8,11-15): **Mt. Mc. E Lc** - n. IV.
21. “Parábola do Joio e do Trigo” – (Mt. 13,24-30): **Mt**. **- n. IV.**
22. **“P**arábola do Grão de Mostarda**” –** (Mt.13,21-32) e (Mc. 4,30-32): **Mt. E Mc.** - n. IV.
23. “Explicação da Parábola do Joio e do Trigo” – (Mt.13, 36-40): **Mt.** - n. IV.
24. Parábola da Rede de Pescar – (Mt.13,47-50): **Mt.** – n. IV.
25. Milagre da Multiplicação dos Pães I - (Mt.14,13-21). (Mc.6,35-44) e (Lc.9,10-17): **Mt., Mc. E Lc.** – n. IX.
26. Milagre da Multiplicação dos Pães-II –(Mt.15,32-38) e (Mc.8,1-9): **Mt e Mc** – n. IX.
27. Narrativa sobre Multiplicação... (Mt. 16,5-12) e (Mc. 8,18-21): **Mt. E Mc.** – n. IX.
28. Jesus Paga Tributo ao Templo – (Mt.17,24-27): **Mt.** – n. VIII.
29. Jesus e as Crianças – (Mt. 18, 10-14), (Mc. 10-13-16) e (Lc. 18,15-17): **Mt., Mc e Lc.** – n.VIII.
30. Parábola do Devedor Implacável – (Mt.18,23-34): **Mt –** n.IV.
31. Dificuldade do Rico se Salvar – (Mt.19,21-26), (Mc. 10,17-27) e (Lc. 18,18-23): **Mt., Mc e Lc –** n. IV.
32. Parábola dos Trabalhadores da Vinha – (Mt.20,1-16): **Mt. –** n. IV.
33. Valor do Serviço ao Outro – (Mt.20,26-28), (Mc.9,33-37 e 10,41-45), (Lc.9,46 e Lc.13,30): **Mt., Mc. E Lc. –** n. V.
34. Expulsão dos Vendedores do Templo – (Mt.21,12-16), (Mc. 11,15) e (Lc.19,45): **Mt. Mc e Lc. –** n. VIII.
35. “Secar Figueira Estéril” – (Mt.21,18-22), (Mc.11,20-22) e (Lc.13,6-9): **Mt., Mc e Lc. –** n. VIII.
36. Parábola dos Vinhateiros Homicidas – (Mt.21,33-42), (Mc.12,1-10) e (Lc.120,9-18): **Mt., Mc. E Lc. –** n. IV.
37. Armadilha da Moeda de Cesar – (Mt.22,15-22), (Mc.12,13-18) e (Lc.20,20-26): **Mt., Mc. e Lc. –** n. III.
38. Parábola dos Talentos – (Mt.25,14-30) e (Lc.19,11-27): **Mt. E Lc. –** n. IV.
39. ‘Atender Necessidades é Cristo” – (Mt.25,32-46): **Mt.** – n. V,
40. Unção de Betânia – (Mt.26, 6-13):  **Mt. –** n. X.
41. Traição de Judas – (Mt.26,14-16): **Mt. –** n. X.
42. Judas Devolve Moedas da Traição - (Mt.27,3-10): **Mt. –** n. X.
43. Sepultamento de Jesus por J. Arimateia – **Mt. –** n. X.
44. **Sobre Milagres de Cura**
45. Cura de um Leproso e Oferta ao Templo – (Mt.8,1-4), (Mc. 1,40-45) e (Lc.5,12-14): **Mt., Mc. e Lc –** n. IX.
46. Cura do Servo do Centurião – (Mt.8,5-13) e (lc. 7,1-10): **Mt. E Lc. –** n. IX.
47. Cura da Sogra de Pedro – (Mt.8,14-15), (Mc.1,29-31) e (Lc.4,36-39): **-Mt., Mc e Lc.-** n. IX.
48. Diversas Curas – (Mt.8,16-17), (Mc.1,32-34) e (Lc.4,40-41): **Mt., Mc. e Lc**. – n. IX.
49. Cura de Endemoniados Gadarenos - (Mt. 8,28-31): **Mt. –** n. IX.
50. Cura de um Paralítico – (Mt.9,1-8), (Mc.2,1-12) e (Lc. 5,17-25): **Mt., Mc. e Lc. –** n. IX.
51. Cura de Hemorroísa e Ressurreição da Filha de Lázaro – (Mt.9,20-26), (Mc.5,21-43) e (Lc.8,40-55): **Mt., Mc. e Lc.** – n. IX.
52. Cura de Dois Cegos – (Mt.9,27-30): **Mt.** – n. IX.
53. Cura de Endemoniado Mudo – (Mt.9,32-34): **Mt.** n. IX.
54. Cura de Homem com Mão Atrofiada – (Mt.12,9-14), (Mc.3,1-6) e (Lc.6,6-11): **Mt., Mc. e Lc.** – n. IX.
55. Curas na Terra de Genesaré – (Mt.1,34-35): **Mt. –** n.IX.
56. Cura da Filha de Mulher Cananéia – (Mt.15,21-28) e (Mc.7,24-30): **Mt. e Mc. –** n. IX.
57. Numerosas Curas no Lago – (Mt.15,29-31) e (Mc. 6,35-56): **Mt. e Mc –** n. IX.

60-Cura de Endemoniado Epilético – (Mt.17,14-17) e (Mc. 9,16-28): **Mt. e Mc. –** n. IX.

61-Cura de Dois Cegos em Jericó – (Mt.20,29-33) e (Mc.10,46-52): **Mt. e Mc –** n.IX.

**Citações de Marcos e Duplicadas (Mc. e Lc.)**

62- João Batista: Vida em Economia Natural – (Mc.1,6-7): **Mc. –** n. X.

63- CORBAN – Oferta Sagrada – (Mc.7,11): **Mc. –** n. X.

64- Primeiro de Todos os Mandamentos –(Mc.12,28-34) e (Lc.10,25-28): **Mc. e Lc.-** n. X.

65- Óbolo da Viúva Pobre – (Mc.12,41-44) e (Lc.21,1-3): **Mc. e Lc. –** n. V.

66- ‘Cura de Endemoniado na Sinagoga’ – (Mc.1,21-28) e (Lc.4,33-37): **Mc. e Lc. –** n. IX.

67- ‘Cura de Endemoniado Geraseno’ – (Mc. 5,1-20) e (Lc.8,26-39): **Mc. e Lc. –** n. IX.

68- Cura de um Surdo-gago – (Mc. 7,31-37): **Mc. –** n. IX.

69- Cura de um Cego em Betsaida – (Mc.8,22-26): **Mc. –** n. IX.

**CITAÇÕES EXCLUSIVAS DE LUCAS**

70- ‘Cumular de Bens os Famintos...’ – **(Lc.1, 53) –** n. I.

71- Apresentação de Jesus ao Templo e Pagamento de Oferta – **(Lc. 2,22-25) –** n. X.

72- Idas Anuais da Família Sagrada a Jerusalém – **(Lc.2,41) –**n. X.

73- Pregação de João Batista Sobre Repartição de Bens – **(Lc.3,9-14) –** n. X.

74- Órfãos, Viúvas e Estrangeiros são Preferenciais **- (Lc.4,16-24) –** n. II

75- Narrativa da Pesca Abundante - **(Lc.5,4-8) –** n. VII.

76- Critério de Julgamento do Outro – (**Lc.6, 37-38) –** n. III.

77-‘Erguer Casa sobre Rocha ...’ **(Lc.6,47-49) –** n. III.

78- ‘Parábola do Perdão a Desiguais Devedores’ – **(Lc.7,40-43) –** n. IV.

79 –‘Lâmpada é para Iluminar...” **(Lc.8,16-17) –** n. III.

80-Parábola do Bom Samaritano **(Lc.10,29-37) –** n. IV.

81- Juízo sobre Reino Dividido – **(Lc.11,14-23) –** n. III.

82-Advertência a Fariseus e legalistas – **(Lc.11,37-54) –** n. VI.

83- Abandonar-se à Providência – **(Lc.12,22-32) –** n. II.

84- Reflexão de Jesus sobre o Sofrimento – **(Lc.13,1-5)** – n. III.

85- Conselhos Estratégicos de Jesus – **(Lc.14,28-33)** – n. III.

86- Parábola da Ovelha Perdida – **(Lc.15,4-7) –** n. IV.

87-Parábola do Filho Pródigo (**Lc.15,11-32)** – n. IV.

88- Parábola do Administrador Infiel – **(Lc.16,1-8)** - n. IV.

89- Parábola do Juiz Iníquo (**Lc.18,1-5)** – n. IV.

90- Parábola do Fariseu e Publicano – **(Lc.18,9-14) –** n. IV.

91 – Cura de Mulher Encurvada (**Lc.13,10-17)** – n. IX.

92- Cura de Hidrópico no Sábado (**Lc.14,1-6**) – n. IX.

93- Cura de dez Leprosos, apena um retorna – **(Lc.17,11-19)** –n. IX

**– SÌNTESE DOS DADOS CITADOS**

1. **Classificação por categoria narrativa**

**I – Orações e Meditações:** 3(Mt. e Lc.) + 1(Lc.) = 7 citações.

**II- Discurso Articulado:**  1(Mt. e Lc) + 2(Lc.) **=**  4 cits.

**III- Juízos de Discernimento:** 2(Mt., Mc. e Lc.) + 4(Mt. e Lc.) + 5(Mt.) + 6(Lc.) = 25 cits.

**IV –Parábolas:**  5(Mt., Mc. e Lc.) + 1(Mt. e Mc.) + 1(Mt. e Lc.) + 5(Mt.) + 7(Lc.) **=** 31 cits**.**

**V-Declarações e Expressões de Valor:** 2(Mt., Mc. e Lc.) + 1(Mc e Lc.) + 2(Mt.) =10 cits.

**VI-Advertências e Crítica de Princípios:** –1(Mt., Mc. e Lc) + 1(Mt. e Lc.) = 5 cits.

**VII – Exortações à Ação:** 1(Mt., Mc. e Lc.) + 2(Mt. e Mc.) + 1(Lc.) = 8. cits**.**

**VIII- Atitudes Autoexplicativas: 4(Mt., Mc. e Lc,) +** 12 cits.

**IX – Milagres e Significação:** 7(Mt., Mc. e Lc.) + 6(Mt. e Mc.) + 2(Mt. e Lc.)

+ 2(Mc. e Lc) + 3(Mt.) + 2(Mc.) + 3(Lc.) = 49 cits.

**X- Não Classificadas nas 9 Categorias:** 1(Mc. e Lc.) + 4(Mt.) + 2(Mc.) e 3(Lc) = 11 cits.

**Total das dez categorias = 162 citações.**

1. **Classificação segundo frequência simultânea nos evangelhos sinóticos**

**Citações triplicadas (Mt., Mc. e Lc.) = 23(3) = = 66 cits.**

**Citações Duplicadas – (Mt. e Mc): 18**

**(Mt. e Lc): 24**

**(Mc. e Lc.): 8 = = 50**

**Citações Individuais - (MT.): 18**

**(Mc.): 4**

**(Lc.): 24 = = 46**

**Total das citações por frequência nos sinóticos: =162 cits.**